



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**

RAULINO SANTOS CERQUEIRA JÚNIOR

**A PRESENÇA DA TEMÁTICA RACIAL NEGRA EM
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
GRADUAÇÃO PRODUZIDOS ENTRE 2008 A 2018 NO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS I DA UNEB**

Salvador
2020

RAULINO SANTOS CERQUEIRA JÚNIOR

**A PRESENÇA DA TEMÁTICA RACIAL NEGRA EM
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
GRADUAÇÃO PRODUZIDOS ENTRE 2008 A 2018 NO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS I DA UNEB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, do Departamento de Educação do Campus I da Universidade do Estado da Bahia, para a obtenção do título de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Linha de Pesquisa: Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Delcele Mascarenhas Queiroz.

Salvador
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

C416a Cerqueira Júnior, Raulino Santos

A presença da temática racial negra em Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação produzidos entre 2008 a 2018 no Departamento de Educação do Campus I da UNEB / Raulino Santos Cerqueira Júnior.-- Salvador, 2020.

106 fls.

Orientador(a): Delcele Mascarenhas Queiroz.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Câmpus I. 2020.

1.Temática racial negra. 2.Trabalhos de Conclusão de Curso.
3.Graduação.

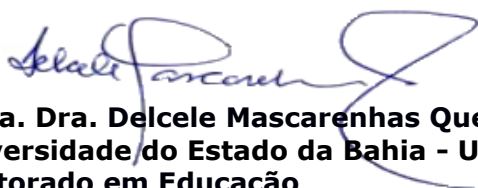
CDD: 370

FOLHA DE APROVAÇÃO

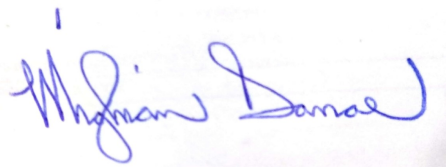
A PRESENÇA DA TEMÁTICA RACIAL NEGRA EM TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

RAULINO SANTOS CERQUEIRA JÚNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 10 de julho de 2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Profa. Dra. Delcele Mascarenhas Queiroz
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



Profa. Dra. Míghian Danae Ferreira Nunes
Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
Doutorado em Educação
Universidade de São Paulo, USP, Brasil



Prof. Dr. Gilmarcio Moreira Brito
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Brasil

Ao meu pai, Raulino Cerqueira
À minha mãe, Sônia Marlene (na
memória e no coração)
Às minhas irmãs, Karla Kristyane e Ana
Beatriz
À minha sobrinha, Sônia
À minha companheira, Cristiane Conceição
À minha família

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela concessão da vida, por sempre demonstrar o seu amor e por estar presente em todos os momentos.

À minha família, pelo incentivo e compreensão.

À minha companheira, Cristiane Conceição, pelo estímulo e compreensão das minhas ausências presentes.

Aos meus amigos, pela força e confiança.

À minha orientadora, Delcele Mascarenhas, pela paciência, auxílio e momentos de aprendizagem.

A Leandro Diôgo Bispo dos Santos, secretário da Sala de TCC do DEDC I/UNEB, pela atenção, empenho e disponibilidade em ajudar.

À professora Míghian Danae, pelas contribuições e por ter aceitado fazer parte da banca.

Ao professor Gilmário Brito, também pelas contribuições e por ter aceitado fazer parte da banca.

A todos que, de alguma forma, contribuíram e contribuem para a minha formação.

Não tenho medo de perder.
Tenho medo de perder a vontade de tentar.

CERQUEIRA JÚNIOR, Raulino Santos. **A presença da temática racial negra em Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação produzidos entre 2008 a 2018 no Departamento de Educação do Campus I da UNEB.** Orientadora: Delcele Mascarenhas Queiroz. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC, 2020.

RESUMO

Esta dissertação tem como problema de pesquisa identificar quais temáticas sobre a diversidade racial negra são mais recorrentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de graduação do Departamento de Educação (DEDC) do Campus I (Salvador) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Nesse sentido, tomou como referência os TCCs produzidos no período de 2008 a 2018 e apenas os resumos de cada um deles foram lidos. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, com o uso das metodologias do estado da arte e da análise de conteúdo. Ao todo, foram encontrados 73 TCCs que atendiam aos critérios estabelecidos. Desses, 69 foram produzidos por egressos do curso de Pedagogia; e quatro, de Psicologia. Além desses dois cursos, o DEDC I oferta Filosofia e Ciências Sociais. O tema mais frequente discutido pelos estudantes foi a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da Rede de Ensino. Os outros temas que apareceram na investigação tratavam de identidade, religiosidade, pluralidade cultural, racismo, ações afirmativas, leitura, literatura, linguagens criativas, quilombos educacionais e genocídio da população negra. O ano em que mais houve TCCs discutindo a temática étnico-racial negra foi 2010. A análise dialogou com teóricos como Nilma Lino Gomes (2011), Kabengele Munanga (2003) e Abdias do Nascimento (1978). No primeiro capítulo, discute-se a diversidade étnico-racial e identidade negra, dando ênfase à discussão da negritude na prática educativa. No segundo, a abordagem é sobre a UNEB e o seu pioneirismo nas políticas de ações afirmativas. No terceiro, faz-se a análise dos TCCs, relacionando as temáticas com discussões propostas por teóricos que são referências nos assuntos em debate. Nas considerações finais, reflete-se sobre a pesquisa feita e apresentam-se os resultados.

Palavras-chave: Trabalho de Conclusão de Curso de graduação. Educação e relações étnico-raciais. A presença do negro em trabalhos de conclusão de cursos de graduação.

CERQUEIRA JÚNIOR, Raulino Santos. **A presença da temática racial negra em Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação.** Orientadora: Delcele Mascarenhas Queiroz. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc, 2020.

ABSTRACT

This dissertation has as research problem to identify which themes about the black ethnic-racial diversity are more recurrent in the Course Conclusion Works (TCCs) of graduation of the Department of Education (DEDC) of Campus I (Salvador) of the University of the State of Bahia (UNEB). In this sense, it took as reference the TCCs produced in the period from 2008 to 2018. It is a qualitative and quantitative research, using the state of the art methodologies and content analysis. Altogether, 73 TCCs were found that met the established criteria. Of these, 69 were produced by graduates of the Pedagogy course; and four, from Psychology. In addition to these two courses, DEDC I offers Philosophy and Social Sciences. The most frequent theme discussed by the students was Law 10.639 / 2003, which makes the teaching of Afro-Brazilian History and Culture mandatory in the curricula of the Education Network. The other themes that appeared in the investigation dealt with identity, religiosity, cultural plurality, racism, affirmative actions, reading, literature, creative languages, educational quilombos and the genocide of the black population. The year in which there were more TCCs discussing the black ethnic-racial theme was 2010. The analysis dialogued with theorists like Nilma Lino Gomes (2011), Kabengele Munanga (2003) and Abdias do Nascimento (1978). In the first chapter, ethnic-racial diversity and black identity are discussed, with an emphasis on blacks in educational practice. In the second, the approach is about UNEB and its pioneering role in affirmative action policies. In the third, the TCCs are analyzed, relating the themes to discussions proposed by theorists who are references in the subjects under debate. In the final remarks, the research done is reflected and the results are presented.

Keywords: Graduation Course Conclusion Paper. Education and ethnic-racial relations. The presence of black people in the conclusion of undergraduate courses.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos Campi da UNEB.....	30
Tabela 2: TCCs - Departamento de Educação (DEDC) – Campus I – UNEB (Salvador).....	34
Tabela 3: TCCs relacionados com a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008.....	47
Tabela 4: TCCs relacionados à identidade e representação.....	62
Tabela 5: TCCs relacionados à religiosidade/espiritualidade/ancestralidade.....	71
Tabela 6: TCCs relacionados à pluralidade cultural e artística.....	74
Tabela 7: TCCs relacionados a racismo institucional, relações raciais e ações afirmativas....	78
Tabela 8: TCCs relacionados à leitura e literatura.....	84
Tabela 9: TCCs relacionados a linguagens criativas através do legado africano-brasileiro, quilombo educacional, expectativas de estudantes em relação à universidade, práticas pedagógicas e genocídio da população negra.....	87
Tabela 10: Distribuição de TCCs por ano de apresentação.....	93
Tabela 11: Interesse na temática racial negra por sexo biológico.....	93
Tabela 12: Trabalhos sobre as Leis.....	94
Tabela 13: Trabalhos sobre identidade.....	94
Tabela 14: Trabalhos sobre religiosidade.....	94
Tabela 15: Trabalhos sobre pluralidade cultural.....	95
Tabela 16: Trabalhos sobre racismo/relações raciais/ações afirmativas.....	95
Tabela 17: Trabalhos sobre leitura/literatura.....	95
Tabela 18: Trabalhos sobre linguagens criativas/quilombos educacionais/genocídio da população negra.....	96

LISTA DE SIGLAS

ACRA - Associação Crianças Raízes do Abaeté
CE - Comissão de Educação
CENCISA - Centro de Ciências da Saúde e dos Alimentos
CETEBA - Centro de Educação Técnica da Bahia
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCET - Departamento de Ciências Exatas e da Terra
DCH - Departamento de Ciências Humanas
DCV - Departamento de Ciências da Vida
DEDC - Departamento de Educação
EMSF - Escola Municipal Sociedade Fraternal
ENEM/PPL - Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade
FAEEBA - Faculdade de Educação do Estado da Bahia
FIRMINA - Pós-colonialidade: Educação, História, Cultura e Ações Afirmativas
GESTEC - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
IAPI - Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MAFRO - Museu Afro da Universidade Federal da Bahia
MEC - Ministério da Educação
MNU - Movimento Negro Unificado
MPEJA - Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos
OGUNTEC – Ogum e Tecnologia
PGQA - Programa de Pós-Graduação em Química Aplicada
PL - Projeto de Lei
PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PPGEduC - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PPGEL - Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
PROET - Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais
PROUNI - Programa Universidade Para Todos
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SESu - Secretaria de Educação Superior
SISU - Sistema de Seleção Unificada

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E IDENTIDADE NEGRA	21
1.1 Negritude na prática educativa	26
2 A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA E O PIONEIRISMO NAS AÇÕES AFIRMATIVAS	29
2.1 O local da pesquisa	29
2.2 Campus I	31
2.2.1 <i>Departamento de Educação (DEDC)</i>	31
2.2.2 <i>Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET)</i>	31
2.2.3 <i>Departamento de Ciências da Vida (DCV)</i>	31
2.2.4 <i>Departamento de Ciências Humanas (DCH)</i>	31
2.3 A UNEB e a política de ações afirmativas	32
3 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO COM FOCO NA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NEGRA: ANÁLISE DOS DADOS	34
3.1 TCCs relacionados com a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008	47
3.1.1 <i>Implementação/aplicação/efetivação da Lei 10639/2003</i>	53
3.1.2 <i>Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira</i>	58
3.1.3 <i>Trabalhos sobre a Escola Mãe Hilda, alfabetização, grupos étnicos africanos na formação de Salvador e visibilidade e afirmação da diferença étnico-racial da criança negra</i>	59
3.1.4 <i>Trabalhos sobre a Lei 11.645/2008</i>	61
3.2 TCCs relacionados à identidade e representação	62
3.3 TCCs relacionados à religiosidade/espiritualidade/ancestralidade	70
3.4 TCCs relacionados à pluralidade cultural e artística	74
3.5 TCCs relacionados a racismo institucional, relações raciais e ações afirmativas	78
3.6 TCCs relacionados à leitura e literatura	84
3.7 TCCs relacionados a linguagens criativas através do legado africano-brasileiro, quilombo educacional, expectativas de estudantes em relação à universidade, práticas pedagógicas e genocídio da população negra	87
3.8 Resultados	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – Relação dos TCCs analisados que estão disponíveis em meio digital	104

INTRODUÇÃO

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma das etapas mais importantes na vida de quem está finalizando um curso de graduação. É nessa fase que o(a) estudante demonstra, de modo prático, que a sua passagem pela universidade lhe rendeu um aprendizado significativo, capaz de ser transformado em material de reflexão e pesquisa científica.

A obrigatoriedade de elaboração do TCC fica a critério das diretrizes curriculares de cada curso, como reforçam as informações a seguir, constantes no portal do Ministério da Educação (MEC), na seção da Secretaria de Educação Superior (SESu)¹, unidade do MEC responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior:

As diretrizes curriculares de cada curso definem a obrigatoriedade ou não de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso. A instituição de ensino deverá regulamentar as normas e os procedimentos e dar conhecimento ao aluno. Esses procedimentos devem ser explicitados no regimento da instituição de ensino, o qual se constitui em documento que inclui direitos e deveres relativos à comunidade acadêmica, bem como no projeto pedagógico do respectivo curso de nível superior. Ambos os documentos devem ser disponibilizados pela instituição de ensino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

Apesar de o MEC dar essa autonomia às instituições de educação superior para exigir ou não a elaboração do TCC, a exigência do trabalho é uma praxe no meio acadêmico. Para realizar tal pesquisa, é necessário dedicar horas de muita leitura e estudos, a fim de produzir argumentos convincentes para defender o tema escolhido. Essa caminhada é feita em parceria com o orientador, um profissional mais experiente, que auxilia o estudante indicando referências sobre o tema.

Depois de produzido, chega o momento de o estudante fazer a apresentação pública do trabalho. Nessa ocasião, em geral, uma banca formada pelo orientador e mais dois examinadores avalia o TCC. Após essa apresentação, o caminho mais comum do Trabalho de Conclusão de Curso é fazer parte do acervo da biblioteca da instituição na qual o estudante se formou. Mesmo quando são transformados em artigos ou servem de embrião para outros estudos, eles ficam, geralmente, restritos ao ambiente universitário. Frequentemente a pesquisa realizada não sai dos muros acadêmicos, ficando circunscrita a esse universo, sem uma discussão mais efetiva na sociedade. Sendo assim, tratando-se especificamente dos TCCs, o papel social das instituições de educação superior, destacando o famoso tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, não é cumprido de forma

1

Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

ampla nem satisfatória. A extensão universitária é muito mais do que apenas criar projetos que envolvam a comunidade, deve ser um espaço para a democratização do conhecimento acadêmico. As pesquisas realizadas pelas universidades não devem ter a sociedade somente como objeto de estudo, devem fazer com que esse estudo seja compartilhado com a sociedade, para fomentar discussões e propiciar a divulgação do conhecimento sistematizado para todos.

Talvez, a falta de entendimento ou a má interpretação do que seja extensão universitária contribua para perpetuar esse equívoco sobre o que ela representa. Nesta dissertação, considera-se o conceito instituído no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras², que aconteceu em Brasília, em 1987:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (DOCUMENTO..., 1987, p.11).

A pluralidade de temas abordados nos TCCs, certamente, é útil para fomentar debates de ideias na sociedade, bem como colocar em circulação técnicas produzidas. O conhecimento acadêmico é rico e não pode ficar circunscrito à universidade. Muitas vezes, essa falta de esforço em fazer o conhecimento ser difundido pode ser uma estratégia política, que perpetua desigualdades. Dessa forma, apenas quem faz parte do cotidiano acadêmico, e que está em contato direto com o conhecimento que é produzido, tem acesso a ele. E a contrapartida para a sociedade? Quem está fora do ensino superior, em geral, não fica sabendo o que está sendo pesquisado pelos estudantes universitários. Um conhecimento que, certamente, pode contribuir para o crescimento e dinâmica social. Se não há divulgação, não tem como as pessoas saberem o que está sendo produzido pelas instituições de ensino superior. Sendo assim, a universidade, como organismo social, perpetua o ideal de que apenas uma “elite” informada e capaz pode ter contato com as suas produções.

2

Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>.
Acesso em: 8 jun. 2020.

Partindo do que foi exposto, considera-se importante fazer uma reflexão sobre o lugar da memória na produção acadêmica. Preocupar-se com a memória do conhecimento é se importar com a história da comunidade na qual ele foi produzido. Faz com que essa comunidade se perceba e trabalhe com aspectos identitários que são fundamentais para o seu arcabouço cultural. A memória, como lugar de manutenção do tempo e do espaço, está diretamente associada à história. Pensando história aqui como a ciência que estuda o passado, as transformações sociais e explica os fatos do presente. Os Trabalhos de Conclusão de Curso, muitas vezes, refletem as demandas sociais e sugerem soluções eficazes para os problemas que estão no cerne da sociedade. Não podem ser vistos como simples acervo. Nunes (2003, p. 20), falando das escolas básicas, mas podendo ser facilmente adaptado para o ambiente universitário, afirma:

Nossos documentos escolares têm sido inúmeras vezes vistos como um amontoado desconexo do qual precisamos nos desvencilhar e o fazemos arbitrariamente, justificados pela falta de espaço e o acúmulo de papel. No fundo o que falta, inúmeras vezes, é a consciência do valor histórico dos documentos produzidos institucionalmente, é a permissão ao direito à memória, que acompanha o direito à cidade e à cidadania.

Nesse sentido, os laços culturais vão se ampliando e, ao mesmo tempo, se aproximando. O caráter singular de cada troca de conhecimento contribui para a riqueza e potencializa a função de documentos que garantem a memória de um determinado lugar. Os Trabalhos de Conclusão de Curso, em suas temáticas, refletem as demandas de uma comunidade acadêmica e arquivam a memória do conhecimento científico. Tornar essa memória viva é um dever do pesquisador, porque faz parte de uma das contrapartidas sociais que as instituições de educação superior tem que dar para a sociedade. Esta dissertação faz um esforço nesse sentido, uma vez que documenta os trabalhos produzidos e traz uma reflexão crítica sobre eles, destacando a importância das temáticas discutidas para a sociedade.

O interesse em investigar e publicizar os Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos pelos egressos das instituições de ensino superior nasceu, no autor desta dissertação, em 2016, quando concluinte do curso de Produção em Comunicação e Cultura, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na ocasião, ele optou em fazer como TCC um produto que unisse jornalismo e cultura. Nesse sentido, pensou em realizar um programa de entrevistas com autores de TCCs, a fim de discutir as temáticas abordadas nos trabalhos e divulgar as pesquisas científicas. Como o intuito era o de fazer com que a produção acadêmica chegasse a mais pessoas, o YouTube foi o meio pensado para veicular o programa. Assim, nasceu o Monotemático, que, desde 2016, já teve quatro

temporadas. Entre os temas já discutidos no programa, estão racismo, autismo, feminicídio, eugenia, maternidade no cárcere, anemia falciforme, entre outros.

O levantamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos no Departamento de Educação do Campus I da UNEB, com temas que enfocam a diversidade racial negra, é o cerne desta pesquisa, que visa identificar como as temáticas são abordadas nos trabalhos e quais delas são as mais recorrentes. Nesse sentido, espera-se que esta investigação contribua para os debates acerca das relações raciais e educação, uma vez que o levantamento vai organizar as informações e discutir criticamente o enfoque encontrado nesses trabalhos.

A produção científica de uma universidade é muito vasta e relevante. Por isso, a importância de documentar os trabalhos produzidos. Dessa forma, a sociedade toma conhecimento do que está sendo pesquisado pelos estudantes e pode se apropriar de tais pesquisas no seu cotidiano. A discussão acerca da temática racial negra, numa sociedade como a brasileira, é mais do que necessária, haja vista que, em geral, não se vê muito interesse por parte daqueles que detêm o poder em pautar tal temática em suas ações. O que se observa é um processo organizado e estrutural de apagamento da história e cultura afro-brasileira. Por isso, todo debate que tenha a temática racial negra como objetivo é importante para fortalecer a luta antirracista e a visibilidade dessa vertente cultural e histórica. Dessa forma, as narrativas sobre a história do povo negro não serão apagadas nem correm o risco de ter uma abordagem pejorativa, carregada de preconceitos e de informações que reforçam estereótipos. Em sua dissertação, na qual discute a educação para as relações étnico-raciais e culturas no ensino superior, Rodrigues Júnior (2016, p. 52-53) esclarece essa “política de apagamento”, citando a teoria do pensamento abissal, formulada por Boaventura de Souza Santos:

A discriminação que o negro vive no Brasil é considerada um pensamento abissal, apesar de estarmos em uma sociedade contemporânea. Segundo Santos (2010), o abissal consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. Nessa linha, o pensamento abissal moderno salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções. No pensamento abissal, existe uma divisão em linhas imaginárias, na qual o lado de cá da linha impede o outro lado de existir, e parece que as ações que ocorrem de um lado fazem com que o outro desapareça. Isso porque um dos lados toma como verdade as suas atitudes, neste caso, o etnocentrismo.

O pensamento abissal ainda continua a operar na contemporaneidade, que divide o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade e direitos humanos são postos em causa por práticas desumanas. Uma educação inclusiva, que valorize as diferenças [sic] pode ser estratégica para acabar com as desigualdades sociais existentes e a principal forma de combater práticas e princípios hegemônicos de negação do outro lado da linha.

Contribuir para o Estado da Arte dos estudos sobre a temática racial negra é uma maneira de auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas para a população negra, bem como fazer com que a sociedade atente para essas questões e, de fato, ponha em prática o que é sugerido nas investigações científicas.

Esta pesquisa visa fazer uma análise documental dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Departamento de Educação, Campus I (Salvador), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Os TCCs analisados serão aqueles que abordam a temática racial negra em sua articulação com a educação, no período de 2008 a 2018. O levantamento será feito com base na metodologia do Estado da Arte. O que se chama de “estado da arte”, em pesquisas acadêmicas, é o mesmo que “estado do conhecimento”. Essa metodologia consiste em fazer o levantamento do que é produzido em determinada área do saber, a fim de estabelecer parâmetros e descobrir quais assuntos são mais recorrentes naquilo que está sendo pesquisado. De acordo com Gonini (2014, p. 55), o “referencial da pesquisa bibliográfica entendida como Estado da Arte é um trabalho de caráter detalhado e descritivo, visto que se trata de uma pesquisa de levantamento e avaliação do conhecimento sobre tema específico...”.

Nesse sentido, no âmbito acadêmico, o Estado da Arte consiste num mapeamento em bases de dados para investigar qual é o maior grau de desenvolvimento de uma determinada temática, como ela está sendo abordada e o que é mais frequente nas discussões. O objetivo é identificar possíveis lacunas e contribuir para que elas deixem de existir. Ferreira (2002, p. 258) elucida:

Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Na primeira etapa da investigação, o objetivo será identificar os trabalhos que abordam a temática étnico-racial negra. Em seguida, os TCCs que atenderem a esse critério serão relacionados numa

tabela onde constarão os seguintes dados: título do trabalho, ano, autor(a), curso e palavras-chave. Os trabalhos serão divididos por blocos temáticos nos quais o resumo e a metodologia de cada um serão comentados, no intuito de mostrar o foco e a natureza da pesquisa feita pelos egressos. Sendo assim, a análise de conteúdo também será usada como metodologia. Tal análise se consolidou por sua objetividade, capaz de gerar dados quantitativos. Bardin (1977, p. 15) explica a origem da metodologia: “O primeiro nome que de facto [sic] ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell: fez análises de imprensa e de propaganda desde 1915 aproximadamente [...]”. Embora faça uma descrição quantitativa, a análise de conteúdo não prescinde de aspectos qualitativos. É, como afirma Heloiza Herscovitz (2010, p. 127), uma forma de obter melhores resultados com o estudo:

A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem de frequências do conteúdo manifesto) e análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina).

Para a investigação ter mais qualidade e ser mais precisa, a análise de conteúdo é fundamental para analisar os dados. Por isso, a opção dessa metodologia nesta dissertação.

No primeiro capítulo, há uma discussão sobre diversidade racial negra. O mito da democracia racial é debatido, enfatizando o equívoco contido no conceito. Racismo, preconceito e discriminação também são objeto de discussão no capítulo. Além disso, a importância do Movimento Negro Unificado (MNU) para endossar a luta em prol dos afro-brasileiros. No final, uma reflexão sobre o negro na prática educativa e a mudança semântica do termo negritude ao longo do tempo.

O segundo capítulo fala detidamente da UNEB e do seu pioneirismo nas políticas de ações afirmativas. Nesse sentido, caracteriza a universidade, aborda sua natureza multicampi e sua responsabilidade social.

O terceiro e último capítulo é o da análise dos dados empíricos. Os dados são analisados e debatidos, levando em consideração os enfoques, objetivos e metodologias.

Nas considerações finais, serão retomados os aspectos mais relevantes do trabalho.

CAPÍTULO 1

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E IDENTIDADE NEGRA

O mito da democracia racial, segundo o qual o Brasil é um país em que negros e brancos têm os mesmos direitos e são tratados de forma semelhante, só contribuiu para camuflar a realidade da discriminação e do racismo sofrido pelos afrodescendentes. A obra *Casa-grande & Senzala*, do sociólogo Gilberto Freyre, é considerada por estudiosos da história do Brasil como o marco inicial desse mito. Freyre é acusado de abrandar as relações entre dominantes e dominados, romantizando um passado de violência e de autoritarismo. No capítulo III do livro, intitulado “O colonizador português: antecedentes e predisposições”, o autor pernambucano, ao falar do colonizador português, afirma:

[...] foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos. É verdade que, em grande parte, pela impossibilidade de constituir-se em aristocracia européia [sic] nos trópicos: escasseava-lhe para tanto o capital, senão em homens, em mulheres brancas. Mas independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica. Para o cruzamento e miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu (FREYRE, 2003, p. 140).

Afirmações como “O menos cruel nas relações com os escravos” e “Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu” reforçam os argumentos dos críticos³ de *Casa-grande & Senzala* em relação ao período do Brasil colonial retratado no livro. Freyre é acusado de usar a mestiçagem como parâmetro para indicar que havia uma boa relação entre opressores e oprimidos, esquecendo, assim, que a miscigenação não anulou as práticas de submissão nem a condição escravizada da população negra. Na passagem a seguir, Gilberto Freyre abre precedente para receber mais críticas sobre a tão falada democracia racial que, supostamente, teria sugerido:

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços

3

Em entrevista para o site da revista Exame, em 13 de maio de 2018, a historiadora Lilia Shwarcz fez críticas ao mito da democracia racial e disse que está na hora de contar a história de resistência dos escravizados. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/para-lilia-schwarcz-brasil-esta-reescrevendo-a-historia-da-escravidao/>>. Acesso em: 22 maio 2020. O historiador Antonio Paulo Resende, em entrevista para o site G1 Pernambuco, afirmou que Freyre suaviza a violência que existia na sociedade colonial. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/12/relacoes-raciais-em-casa-grande-e-senzala-ainda-geram-polemica.html>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas (FREYRE, 2003, p. 35).

Esse olhar mais brando de Freyre sobre a convivência entre colonizadores e colonizados, evidenciado em eufemismos como “...misturando-se gostosamente com mulheres de cor...”, se perpetuou na sociedade brasileira e criou o tal mito da democracia racial.

Contudo, quem é negro no Brasil sabe o quanto o preconceito e o racismo estão presentes cotidianamente na sociedade. Embora a população negra seja a maioria (55,8%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁴), isso não se reflete na valorização e presença desse público em atividades empresariais, artísticas, na publicidade, na televisão e no mercado de trabalho formal. Até a própria mestiçagem, apontada por Freyre como algo positivo, é sinal de estratégia de embranquecimento, além dos assassinatos em massa de pessoas negras, o que faz com que o contingente diminua. Santos (2012, p.4) aborda essa complexidade, evidenciando como a mestiçagem corrobora para que a identidade racial negra seja pensada de forma negativa:

O processo de construção da identidade étnico-racial na sociedade brasileira é bastante complexo, pois os discursos relacionados à mistura racial e cultural geram muitos paradigmas. A mistura racial ou mestiçagem possui seu viés ideológico, quando se refere às particularidades da nação brasileira. Porém, tal ideologia pode proporcionar o afastamento com uma identidade racial desprivilegiada, como é o caso a identidade negra.

Nesse sentido, ser negro no Brasil é ser estigmatizado e hostilizado o tempo todo. O corpo negro já carrega uma atitude política apenas por existir. A luta contra o racismo não permite que o negro descanse ou “relaxe” um dia sequer. As narrativas de quem é vítima do racismo é sempre muito comum: é a perseguição na loja, é o perceber que alguém segurou a bolsa com mais força quando percebe uma aproximação, é receber a resposta de que “não se encaixa” no perfil para uma determinada vaga de trabalho, é ser invisibilizado em todas as áreas e práticas sociais. O racismo não dá espaço para o negro ser. O preconceito no Brasil é velado e fingido. É fácil afirmar que não há racismo no país, difícil é explicar por que, por exemplo, em restaurantes mais sofisticados a ausência de famílias negras é quase sempre constante? Por que os negros, em sua maioria, não estão

4

Os dados se referem ao estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, divulgado em novembro de 2019. Mais informações: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 8 jun. 2020.

em posições de poder na sociedade? Como um país formado majoritariamente por pessoas negras não consegue refletir isso nas produções audiovisuais nem no mercado de trabalho? Nesse sentido, fica evidente que o mito da democracia racial é apenas um mito mesmo, algo inexistente. É uma falácia que muitos fazem questão de sustentar, por causa de interesses escusos.

A temática da diversidade racial será tratada nesta pesquisa por razões que se relacionam com a subjetividade do autor do trabalho e pelo compromisso social de dar visibilidade a TCCs que dialogam com a história e cultura afro-brasileira. Os dois fatores estão interligados. Por ser negro, lutar por equidade social e também por ter participado de seleções na educação superior nas quais foram adotadas políticas afirmativas para democratizar o acesso, o autor desta dissertação vê-se na obrigação de levantar debates e reflexões que tenham o tema como objeto. Além disso, como o levantamento feito aqui será dos TCCs produzidos na Universidade do Estado da Bahia, pioneira na adoção de políticas de cotas⁵, tratar de diversidade étnico-racial negra se torna algo ainda mais necessário.

Para estudar diversidade, é preciso considerar que o mundo não pode ser visto por um único ângulo. O que mais interessa no estudo dessa temática é saber que um ponto nunca representa só aquilo que ele mostra de imediato. Sendo assim, o estudo da diversidade se configura por ser aquele que não fica preso a uma só ideia. O próprio conceito da palavra já indica isso. Junqueira e Kadlubitski (2014, p. 11) refletem sobre tal questão:

Compreendendo que o termo “diversidade” origina-se do latim *diversitate*, que significa: diferença, dessemelhança, dissimilitude (BUARQUE, 1999), o conceito de diversidade trazido pelos dicionários denota disparidade, variação, pluralidade, significando o contrário da uniformidade e da homogeneidade. Configurando como diversidade cultural em sentido literal, como propôs Kiyindou (2007), referindo-se à multiplicidade de culturas ou de identidades culturais, em oposição à homogeneidade. Atualmente, a diversidade não se define tanto por oposição à homogeneidade quanto pela oposição à disparidade, mas torna-se sinônimo de diálogo e de valores compartilhados. Nessa perspectiva, acorda-se que a expressão diversidade cultural, hoje, compreende a superação tanto da negação das diferenças, efetuada pela homogeneidade, como do relativismo praticado pela absolutização das diferenças. (grifo dos autores)

Visto isso, é importante pontuar também que não se pode falar de diversidade étnico-racial negra sem discutir identidade. A população de ascendência negra sofre com a negação de sua cultura na

5

Em 2003, a UNEB foi, no Brasil, uma das instituições pioneiras na implantação de política de ações afirmativas. Esse fato será tratado com mais detalhe ao longo desta dissertação.

sociedade. Isso é disseminado de tal forma que, em alguns casos, até a própria população negra tenta se afastar de suas características fenotípicas para assimilar a cultura do povo europeu, considerada socialmente como um padrão ideal. Isso reporta ao início do século XX, quando o termo *negritude* tinha um viés pejorativo.

A palavra *négritude* em francês deriva de *nègre*, termo que no início do século XX tinha um caráter pejorativo, utilizado normalmente para ofender ou desqualificar o negro, em contraposição a *noir*, outra palavra para designar negro, mas que tinha um sentido respeitoso. A intenção do movimento foi justamente inverter o sentido da palavra *négritude* ao pólo oposto, impingindo-lhe uma conotação positiva de afirmação e orgulho racial. Nessa perspectiva, a tática foi de desmobilizar o inimigo em um de seus principais instrumentos de dominação racial: a linguagem. O próprio Aimé Césaire assinalava que o movimento da *negritude* representou uma revolução na linguagem e na literatura (DOMINGUES, 2005, p. 4-5).

O poeta antilhano Aimé Césaire foi o primeiro a usar o termo *negritude*, num poema publicado em 1939. O propósito era o mesmo, como já foi dito na citação acima. Ou seja, fazer um deslocamento semântico da palavra, de algo negativo para algo positivo. O objetivo, do que se pode chamar de um “movimento de *negritude*”, era resistir à política de assimilação. De acordo com Bernd (1988, p. 35), tal conceito é “a tendência dos povos americanos, sobretudo dos negros, de assimilar a cultura europeia (processo de aculturação) e a consequente perda da memória das culturas de origem indígena e africana (processo de desculturação)”. A criação de movimentos organizados com o intuito de promover debates acerca da temática da raça e da *negritude* contribuiu para uma tomada de consciência sobre o caráter identitário do (e no) povo negro. Sendo assim, o reconhecimento sobre a importância do negro no processo de formação do Brasil e a manutenção da herança africana no nosso território foram ainda mais valorizados, tanto pelos afrodescendentes quanto por integrantes não-negros da sociedade, que começaram a ter mais consciência do problema do racismo e perceber os seus impactos. A origem desse estigma relacionado aos negros tem base histórica, uma vez que africanos foram escravizados no Brasil, servindo de mão de obra e passando por todo tipo de humilhação. Munanga (2003, p. 37) afirma:

É nesse contexto histórico que devemos entender a chamada identidade negra no Brasil, num país onde quase não se houve um discurso ideológico articulado sobre a identidade “amarela” e a identidade “branca”, justamente porque os que coletivamente são portadores das cores da pele branca e amarela não passaram por uma história semelhante à dos brasileiros coletivamente portadores da pigmentação escura. Essa história a conhecemos bem: esses povos foram seqüestrados [sic], capturados, arrancados de suas raízes e trazidos amarrados aos países do continente americano, o Brasil incluído, sem saber por onde estavam sendo levados e por que motivo estavam sendo levados. Uma história totalmente diferente da história dos emigrados europeus, árabes, judeus e orientais que, voluntariamente, decidiram de

sair de seus respectivos países, de acordo com a conjuntura econômica e histórica interna e internacional que influenciaram suas decisões para emigrar. Evidentemente, eles também sofreram rupturas que teriam provocado alguns traumas, o que explicaria os processos de construção das identidades particulares como a “italianidade brasileira”, a identidade gaúcha etc. Mas em nenhum momento a cor de sua pele clara foi objeto de representações negativas e de construção de uma identidade negativa que, embora inicialmente atribuída, acabou sendo introjetada, interiorizada e naturalizada pelas próprias vítimas da discriminação racial.

Munanga aborda o processo de escravização no Brasil, último país da América Latina a abolir essa violência, e destaca que a identidade negra esteve (ou está?) associada a “representações negativas”, levando, em alguns casos, o próprio negro a interiorizar tal imagem. O fato é que, através das lutas do Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 18 de junho de 1978, muitos benefícios em prol da população negra foram alcançados. Políticas públicas de reparação de injustiças históricas foram implementadas. Tais políticas recebem críticas por parte de alguns setores sociais que não querem enxergar a dívida do estado brasileiro com os afrodescendentes. As críticas são muito mais fruto da desinformação do que de uma consciência cidadã. É sabido que, após a abolição da escravatura, o processo de inserção dos negros na sociedade foi feito de modo desorganizado e cruel, empurrando essa população para uma vida de limitações e de práticas subalternizadas. Consequentemente, essa herança nefasta acompanhou a diáspora negra brasileira ao longo da história. Ainda hoje, faz-se necessário ter medidas que reparem esse descaso que vitimou um contingente considerável de negros. As chamadas “ações afirmativas” nasceram com o intuito de promover a igualdade racial, garantindo, assim, as mesmas oportunidades para todas as pessoas. No Brasil, esses esforços para eliminar as desigualdades historicamente acumuladas ganharam espaço na discussão social em meados dos anos 90, do século passado, e início dos anos 2000. Silva Júnior (2003, p. 15) contextualiza essa questão com propriedade:

O ano de 2001 registra a irrupção, no espaço público e na agenda política do País, de um vigoroso debate acerca da oportunidade, necessidade e tipologia de políticas públicas de promoção da igualdade racial na sociedade brasileira.

Medidas administrativas palpáveis — ainda que tímidas —, especialmente na esfera do governo federal, embora desprovidas de uma política mais integrada, de uma orientação governamental, começaram a proliferar, fortalecendo a reivindicação por medidas positivas voltadas para a promoção da igualdade, há anos pleiteadas pelo Movimento Negro.

A rigor, trata-se de um fenômeno que ganhou relevância a partir de 1995, ano em que as principais entidades e lideranças do Movimento Negro passaram a assumir abertamente a reivindicação por políticas de promoção da igualdade racial.

De 2001, como explica Silva Júnior, para cá, houve mudanças no contexto social brasileiro, principalmente quando se considera, por exemplo, o acesso dos negros ao ensino superior. Essas conquistas, como já foi dito, foram o resultado da luta de movimentos que têm como bandeira a busca por uma sociedade mais igualitária, principalmente que assegure os direitos da população negra. Em pleno século XXI, os negros ainda sofrem diariamente com práticas de preconceito e de discriminação. Elas precisam ser rechaçadas por todo e qualquer cidadão, independentemente da etnia da qual ele faz parte.

1.1 Negritude na prática educativa

O grau de instrução de um indivíduo, em muitos casos, vai contribuir para que ele tenha uma visão aguçada e mais crítica sobre os assuntos que dizem respeito ao seu mundo. Nesse sentido, ainda tratando da diversidade racial negra e pensando nas práticas educativas formais e informais, é relevante falar da promulgação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino. Essa Lei significa um avanço importante para as discussões acerca da diversidade racial negra e da democratização dos direitos sociais⁶. A preocupação em trazer o debate para o âmbito da educação é mais que necessário. O texto da legislação não deixa dúvidas:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º-O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º-Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

O advento da Lei deve ser mesmo considerado um marco significativo dentro de toda a luta do Movimento Negro porque, através dela, professores e estudantes vão conhecer uma história que não foi contada. O conhecimento da Lei também será uma forma de combater desigualdades raciais que são produzidas e reproduzidas no cotidiano escolar.

6

Na Constituição da República Federativa de 1988, no artigo 6º, tem-se o seguinte sobre direitos sociais: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Os ativistas do Movimento Negro reconhecem que a educação não é a solução de todos os males, porém ocupa lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre “os outros”, contribui na formação de quadros intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros. Além disso, a educação, no Brasil, é um direito constitucional conforme o art. 205 da Constituição Federal (1988). Contudo, todas as pesquisas oficiais realizadas nos últimos anos apontam como o campo educacional tem produzido e reproduzido no seu interior um quadro de desigualdades raciais (GOMES, 2011, p. 112).

Fazer com que a aplicação da Lei, de fato, aconteça, é um dever e uma obrigação de toda a sociedade. Professores e coordenadores pedagógicos podem introduzir, no cotidiano das instituições de ensino, produtos culturais (livros, filmes, músicas etc.) em que a história e cultura negra sejam enfatizadas. Outro ponto importante para garantir a aplicabilidade da Lei são as políticas de formação desses profissionais. Não adianta ter um instrumento importante como esse sem pessoas bem preparadas para trabalhar. A formação de professores e de gestores escolares, para fazer a devida apropriação da Lei discutida aqui, deve ser prioridade de qualquer instituição acadêmica preocupada com uma educação de qualidade, bem como consciente do quanto o racismo é problemático para a nossa sociedade. Como esses profissionais serão multiplicadores da história e cultura afro-brasileira e africana para estudantes de todas as gerações, é necessário que eles saibam fazer a abordagem do assunto sem preconceitos nem limitações. Por isso, não basta apenas conhecer a Lei, tem que conhecer os pressupostos e toda a trajetória histórica que contribuíram para que a sociedade se configurasse da forma em que se encontra, com práticas diárias de violência voltadas para a população negra. Assim, ao se deparar com alguma situação conflituosa no cotidiano, o profissional saberá fazer intervenções mais responsáveis. Refletindo sobre isso, Silva (2016, p. 5) diz:

Atualmente a formação de professores tem sido tema constante nas discussões de pesquisadores e educadores preocupados com a formação de um profissional reflexivo, capaz de atuar com responsabilidade e comprometimento para a consolidação de uma educação de qualidade para todos/as, o que inclui uma formação docente que atue mediante uma perspectiva da igualdade de direitos, sem qualquer forma de distinção.

Para que políticas desta natureza possam se efetivar temos a presença essencial do professor, pois se entende que seja ele o grande articulador entre práticas para a igualdade e/ ou para a diferença.

Como agente principal no processo educacional é imprescindível que ele se reconheça e se coloque nesse contexto, pois são eles a enfrentar nas escolas as situações inerentes à [sic] preconceitos e discriminação. Porém [sic], boa parte deles não reconhece nos ambientes escolares manifestações preconceituosas e têm dificuldades em identificar atitudes de discriminação.

O espaço escolar é o lugar que vai servir de base para as discussões que desembocam na referida Lei. Os educandos que têm contato com uma perspectiva decolonial de ensino desde o início da escolarização, certamente, vão chegar ao ensino superior com uma visão mais abrangente e crítica sobre os ancestrais africanos e sobre a história do povo negro. Pensar o ensino numa perspectiva decolonial é considerar as contribuições de todos os povos formadores das nações, desprivilegiando o caráter eurocêntrico do conhecimento.

O pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial (REIS; ANDRADE, 2018, p. 3).

A decolonialidade do saber tem como objetivo contar uma história que foi relegada e considerada menos importante. Por isso, a Lei 10.639/2003 é mais um instrumento para fazer com que isso, de fato, seja implementado e discutido nas comunidades escolares.

CAPÍTULO 2

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA E O PIONEIRISMO NAS AÇÕES AFIRMATIVAS

O objetivo deste capítulo é falar sobre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Nesse sentido, a abordagem vai se concentrar no histórico e importância da instituição para o cenário educacional baiano. A pesquisa desta dissertação foi feita no Campus I da referida universidade, que fica localizado em Salvador. Logo, a ênfase vai ser para ele. A relevância de falar sobre o local no qual o estudo foi feito se dá, principalmente, para identificar as idiossincrasias da comunidade universitária, uma vez que este trabalho se debruça sobre os Trabalhos de Conclusão de Curso, que abordam a diversidade étnico-racial negra, produzidos nesse espaço. Além disso, como a UNEB foi pioneira na adesão das políticas afirmativas no estado da Bahia, é fundamental tratar aqui como isso aconteceu e como a universidade se transformou a partir de então.

2.1 O local da pesquisa

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi fundada em 1983 e é, em termos de abrangência, a maior do estado. Isso porque ela está estruturada no sistema multicampi, abrangendo 23 municípios baianos, além da sede em Salvador. A instituição é mantida pelo governo da Bahia e está vinculada à Secretaria da Educação. De acordo com o Regimento Geral da UNEB, de 2012, a instituição tem como missão “a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber”. O documento fala ainda sobre o objetivo da universidade:

§ 2º Objetiva a Universidade do Estado da Bahia a formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social, pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público (REGIMENTO..., 2012, p. 5).

O objetivo da UNEB se cumpre na medida em que oferece mais de 150 cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto à distância. A universidade tem oferecido, de forma expressiva, cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado), contribuindo para que pessoas tenham a oportunidade de fazer pós-graduação pública, gratuita e de qualidade. Os cursos *stricto sensu* da UNEB também

chegam ao interior do estado, fazendo com que o acesso ao ensino superior seja ainda mais democratizado.

A Universidade do Estado da Bahia tem 24 campi, que estão distribuídos conforme as informações da tabela abaixo.

Tabela 1: Distribuição dos Campi da UNEB

Campus	Cidade
I	Salvador
II	Alagoinhas
III	Juazeiro
IV	Jacobina
V	Santo Antônio de Jesus
VI	Caetité
VII	Senhor do Bonfim
VIII	Paulo Afonso
IX	Barreiras
X	Teixeira de Freitas
XI	Serrinha
XII	Guanambi
XIII	Itaberaba
XIV	Conceição do Coité
XV	Valença
XVI	Irecê
XVII	Bom Jesus da Lapa
XVIII	Eunápolis
XIX	Camaçari
XX	Brumado
XXI	Ipiaú
XXII	Euclides da Cunha
XXIII	Seabra
XXIV	Xique-Xique

As unidades da instituição oferecem cursos de todas as áreas do conhecimento, como Comunicação, Engenharia de Pesca, Arqueologia, Letras, Urbanismo, Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Medicina,

Fonoaudiologia, Fisioterapia, Direito, Ciências Sociais, Administração, dentre outros. Como já foi dito, neste trabalho, o foco é o Campus I.

2.2 Campus I

O Campus I da UNEB fica localizado em Salvador, no bairro do Cabula, e foi o primeiro a ser implantado pela instituição, em 1983. Ele tem quatro departamentos: Departamento de Educação (DEDC), Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET), Departamento de Ciências Humanas (DCH) e Departamento de Ciências da Vida (DCV).

2.2.1 Departamento de Educação (DEDC)

O DEDC é oriundo da Faculdade de Educação do Estado da Bahia (FAEEBA). Ele foi fundado em 1983 e oferta os cursos de Pedagogia, Psicologia (licenciatura plena e com ênfase em Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Educação Infantil e em Gestão Escolar), Filosofia e Ciências Sociais. Três programas de pós-graduação estão vinculados ao departamento: Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) e Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA).

2.2.2 Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET)

O DCET é oriundo do Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA). Em 1988, o centro foi extinto, ocasião em que o DCET foi criado. Design, Engenharia de Produção Civil, Sistemas de Informação, Urbanismo, Química, Física e Jogos Digitais são os cursos de graduação oferecidos pelo departamento. Além disso, na pós-graduação, o Programa de Pós-Graduação em Química Aplicada (PGQA) e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET) estão vinculados ao DCET.

2.2.3 Departamento de Ciências da Vida (DCV)

Antes do DCV, o que existia era o Centro de Ciências da Saúde e dos Alimentos (CENCISA). O departamento foi criado em 1985 e oferta os cursos de Medicina, Fisioterapia, Farmácia, Enfermagem, Nutrição e Fonoaudiologia.

2.2.4 Departamento de Ciências Humanas (DCH)

O DCH também é oriundo do extinto Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA). O departamento, então fundado em 1988, oferta os seguintes cursos de graduação: Letras (com habilitações em Língua Inglesa, Língua Espanhola e Língua Portuguesa), Turismo e Hotelaria, História, Relações Públicas, Administração, Ciências Contábeis e Direito. O Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) faz parte do DCH.

2.3 A UNEB e a política de ações afirmativas

A UNEB é, reconhecidamente, a instituição de educação superior da Bahia pioneira na implementação de política de ações afirmativas. Antes de a prática se popularizar, a universidade já mantinha essas ações como base de suas atividades. Como já foi dito anteriormente, o fato de ser multicampi reforça a vocação da UNEB para promover a inclusão social e a democratização do acesso ao ensino superior. Em 2003, isso ficou mais evidente e ganhou repercussão nacional, devido à implementação de um percentual de reserva de vagas para candidatos negros. No site da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, lê-se:

Seguindo um ideal de democratização da educação superior na Bahia, a opção de criar a UNEB como universidade multicampi, aponta desde seu nascimento para o compromisso com as Ações Afirmativas. Em 2003, a instituição foi pioneira ao implantar o sistema de reserva de 40% das vagas para candidatos negros. Em 2008, cerca de 5% das vagas passaram a ser reservadas para candidatos indígenas em cursos de graduação e, posteriormente, de pós-graduação. Os programas de ações afirmativas buscam promover práticas de equidade, indistintamente, a todas as diversidades: étnicas, raciais, culturais, de gênero, de geração/faixa etária, de inserção territorial-geográfica, de condições físicas e/ou históricas desvantajosas e outras, que compõem o quadro de estudantes, professores e servidores técnicos e administrativos nos diversos departamentos da Universidade.

Em âmbito nacional, a UNEB divide esse pioneirismo com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que também implantou o sistema em 2003, e com a Universidade de Brasília (UnB), que iniciou a política de cotas em 2004. O que é importante destacar é que a implementação de tais ações é fruto de toda uma luta que teve como objetivo a busca de direitos de algumas minorias socialmente discriminadas. Isso significa que, obviamente, essa conquista não foi algo pontual, que aconteceu sem considerar os esforços do passado. Mattos (2010, p. 125) endossa tal argumento:

A UNEB, [sic] e as universidades estaduais do Rio de Janeiro foram pioneiras na adoção de uma política de Ação Afirmativa, no início, especificamente voltada à garantia de acesso dos negros nos seus cursos de graduação e, no caso da UNEB, também nos seus cursos de pós-graduação. Embora esse pioneirismo tenha uma importância significativa, por ter contribuído para ampliar o foro das discussões que desde algum tempo já se faziam sobre Ações Afirmativas nas universidades e outras

instâncias sociais, em especial, mas não exclusivamente, na modalidade do sistema de cotas, há que se reconhecer que essa demanda é tributária das lutas históricas por direitos empreendidos pelas populações negras e indígenas, de um modo geral, sejam as inúmeras lutas por liberdades empreendidas pelos africanos e seus primeiros descendentes brasileiros, durante o regime da escravidão (MATTOS, 2001, 2003), sejam as lutas anti-racistas [sic] que se estendem até os dias atuais, através do Movimento Negro, ou ainda as lutas contemporâneas dos povos indígenas pela inclusão nos fóruns da cidadania nacional sem a perda das suas características culturais e valores civilizatórios próprios.

Mattos entende, como já foi pontuado aqui, que a adoção de uma política de ação afirmativa deve ser colocada sempre num contexto de um resultado de lutas anteriores. Não foi nada estanque, mas, sim, fruto de uma dívida do país com a população negra. Em 2012, a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, sancionou a Lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio através da reserva de vagas por meio de cotas. O texto da Lei prevê a revisão do programa especial no prazo de dez anos:

Art. 7º: No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Portanto, em 2022, o governo federal vai decidir se a política de cotas vai adiante ou será abreviada. Caso haja um retrocesso, o país continuará reforçando as desigualdades social e racial.

CAPÍTULO 3

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO COM FOCO NA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NEGRA: ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, será feito o levantamento e análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos no período de 2008 a 2018, no Departamento de Educação (DEDC) do Campus I da UNEB. A investigação foi realizada no intuito de identificar quais temáticas sobre a diversidade racial negra foram mais recorrentes nos TCCs. Para isso, como forma de melhor organização, recorreu-se ao uso de tabelas onde constam os seguintes dados: título do trabalho, ano, autor(a), curso e palavras-chave. Todos esses dados foram retirados dos documentos produzidos pelos estudantes. Em seguida, após a exposição desses dados, as temáticas propostas nos TCCs foram agrupadas em blocos, com temas comuns, com o objetivo de apresentar o foco das pesquisas feitas pelos autores dos trabalhos. É importante ressaltar que, nas tabelas, constam o registro dos TCCs que estavam disponíveis na Sala de TCC do DEDC, tanto em arquivos físicos quanto em digitais, no período em que esta pesquisa foi realizada (de março de 2018 a junho de 2020). Além disso, por opção editorial, os títulos dos trabalhos que apresentam algum desvio da norma padrão da língua portuguesa foram mantidos nas reproduções feitas aqui. Por questão de tempo e de recorte da pesquisa, apenas os resumos dos trabalhos foram lidos.

Tabela 2: TCCs - Departamento de Educação (DEDC) – Campus I – UNEB (Salvador)

Título	Ano	Autor(a)	Curso	Palavras-chave
1. O perfil dos estudantes de Pedagogia da UNEB: o que pensam sobre as relações raciais brasileiras e as determinações da Lei 10.639/03	2008	Carlinda Moreira dos Santos	Pedagogia	Relações Raciais, Ações Afirmativas, Formação de Professor, Negro
2. As narrativas literárias infanto-juvenis afro-brasileiras como contribuição para a construção da identidade dos	2008	Daniela Menezes dos Santos	Pedagogia	Relações Étnico-Raciais, Literatura Infanto-Juvenil, Narrativas Afro-Brasileiras, Tradição Oral, Construção da Identidade

**alunos do 3º ano
da Escola
Estadual
Governador
Roberto Santos**

3. O negro e a educação: implementação da Lei 10.639/03 e as ações dos gestores escolares	2008	Dalila Fonseca Benevides	Pedagogia	Ações Afirmativas, Lei 10.639/2003, Ação Gestora, Relações Raciais na Escola
4. O legado da África - Salvador e a Lei 11.645/08: a implantação e implementação da Lei 11.645/08 nas escolas municipais de Salvador	2008	Amanda Brandão	Pedagogia	Formação Docente, Políticas Públicas, Lei 11.645/08
5. A importância da literatura infanto-juvenil na construção da identidade étnico-racial das crianças negras do Lar Joana Angélica	2008	Luana Vidal dos Santos Borges	Pedagogia	Literatura Infanto-Juvenil, Criança Negra, Identidade Étnico-Racial, Educação
6. As relações raciais na escola a partir da visão e experiências dos alunos da UNEB concluintes do curso de Pedagogia, em Salvador/BA	2009	Fabiana Souza Cruz de Almeida	Pedagogia	Representações Sociais, Relações Raciais, Escola
7. A afirmação da identidade da criança negra no cotidiano escolar: um estudo da aplicação da Lei	2009	Denise Leal de Jesus	Pedagogia	Cultura Afro-Brasileira, Identidade, Cotidiano Escolar, Prática Educativa

<p>10.639/03 nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Colégio Estadual Adroaldo Ribeiro Costa</p>				
<p>8. Rap: uma experiência pedagógica na reafirmação da cultura da criança negra</p>	2009	Josenilda Débora Santos Silva	Pedagogia	Cultura, RAP, Prática Pedagógica, Pluralidade Cultural, Negritude
<p>9. Ìkôsân: a pedagogia de mitos africanos – um direito à alteridade</p>	2009	Michel de Freitas Santos	Pedagogia	Mitos Africanos, Educação Pluricultural, Currículo, Ancestralidade, Pedagogia do Ìkôsân.
<p>10. A imagem do negro no livro didático de História utilizado pela rede municipal de ensino de Salvador-BA no início do século XXI</p>	2009	Thaise Rocha de Oliveira	Pedagogia	Livro Didático, Personagens Negros, Luta e Resistência do Povo Negro, Regime Escravista
<p>11. Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana no grupo quatro da Escola Municipal Osvaldo Cruz</p>	2009	Daniela Santos de Jesus	Pedagogia	Lei 10.639/03, Escola, Criança Negra, Identidade, Autoestima
<p>12. Compondo linguagens e valores para a educação através dos contos indígenas e africano-brasileiros</p>	2010	Daniela Santana Cidreira dos Santos	Pedagogia	Comunalidade, Educação Pluricultural, Contos Indígenas e Africano-Brasileiros

13. Encontro de Cultura e Fé: construções identitárias e pedagógicas em comunidades remanescentes de quilombo da Chapada Diamantina-BA	2010	Daniele dos Santos Lima	Pedagogia	Encontro de Cultura e Fé, Identidade Cultural, Educação Não Formal, Remanescentes de Quilombo
14. A importância da formação do professor para a efetivação da Lei 10.639/03 na Escola Municipal Agnelo de Brito	2010	Ana Carla Silva dos Santos	Pedagogia	Formação do Professor, Lei 10.639/2003, Diversidade Cultural, Relações Raciais na Escola
15. Literatura infantil e a identidade da criança negra: construção ou negação?	2010	Cristiana Ferreira dos Santos	Pedagogia	Literatura Infanto-Juvenil, Identidade Étnico-Racial, Criança Negra, Educação
16. Implementação da Lei 10.639/03: estudo comparativo em duas escolas municipais de Salvador	2010	Alda Lobo Lima	Pedagogia	Resistência, Lei 10.639/2003, Ações Afirmativas, Capacitação de Professores
17. Os não ditos diante das questões raciais que aparecem em sala de aula: um estudo sobre a construção da identidade da criança negra	2010	Cristiane Maby Alfaia Oliveira Monte	Pedagogia	Identidade, Escola (espaço socioconstrutivo), Diversidade Cultural, Linguagem
18. Museu afro e escola: possibilidades de encontro e encantos	2010	Eloina Maria dos Santos Santos	Pedagogia	Museu, Relações Étnico-Raciais, Educação, Resgate

19. Desafios e possibilidades do ensino da cultura afro-brasileira no espaço escolar: o uso da pasta de textos	2010	Fernanda Lícia de Santana Barros	Pedagogia	Cultura Africana, Afro-Brasileira, Lei 10.639/03, Pasta de Textos
20. Racismo Institucional: causas e efeitos na educação da Rede Pública	2010	Iracema Oliveira de Jesus	Pedagogia	Educação, Racismo Institucional, Escola Pública, Relações Raciais
21. Relações étnico-raciais na educação infantil: estudo de caso sobre a construção da autoestima de crianças negras no CMEI Vovô Zezinho	2010	Veronice Francisca dos Santos	Pedagogia	Autoestima, Relações Raciais, Educação Infantil
22. Valorização da cultura negra numa perspectiva de resgate identitário de crianças e adolescentes no âmbito da ACRA	2010	Sara Soares dos Reis	Pedagogia	Valores Africano-Brasileiros, Ideologia do Recalque, Educação
23. As contribuições do reggae de Bob Marley na formação do indivíduo crítico e emancipado	2010	Tairone Rodrigues Paiva	Pedagogia	Movimento Rasta, Reggae, Educação, Indivíduo Crítico e Emancipado
24. Discutindo o respeito às religiões de matrizes africanas na educação infantil da rede municipal de	2011	Gina Sento Sé Brito	Pedagogia	Religiões Afro-Brasileiras, Intolerância Religiosa, Educação

ensino de Salvador				
25. As relações da criança candomblecista no espaço social da escola	2011	Mônica Estela Neves Higino	Pedagogia	Candomblé, Oralidade, Educação e Religiosidade
26. Cala boca, menino/a!: propondo linguagens criativas através do legado africano-brasileiro	2011	Naiára dos Santos Bittencourt	Pedagogia	Comunalidades Africano-Brasileiras, Ideologia do Racismo, Educação
27. Contos de temática africana e a afirmação da identidade de crianças afro-brasileiras	2011	Reijane Maria de Jesus Oliveira	Pedagogia	Identidade Negra, Contos de Temática Africana, Educação
28. Construção da identidade étnico-cultural afro-brasileira: desafios a enfrentar na escola	2011	Jociene Carvalho da Anunciação	Pedagogia	Identidade, Afrodescendente, História, Educação, Raízes, Conhecimento
29. Implementação e aplicabilidade da lei 10.639/03: o ponto de vista do professor de educação infantil e ensino fundamental de Salvador	2012	Daisy Ribeiro de Jesus	Pedagogia	Lei 10.639/03, Racismo, Cultura Africana, Formação para Relações Raciais e Educação
30. A autoestima e formação identitária da criança negra: a importância da atuação do professor	2012	Eliane Santos Ataíde	Pedagogia	Educação, Identidade, Autoestima, Formação Étnico-Racial
31. Meia lua de	2012	Walker de Jesus	Pedagogia	Capoeira,

compasso: relações entre a prática da capoeira e o aprendizado da geometria no ensino		Nogueira		Educação, Geometria, Etnomatemática, Interdisciplinaridade
32. A literatura infantil e a construção da identidade étnico-racial da criança negra	2012	Shirlene Almeida dos Santos	Pedagogia	Literatura Infantil Contemporânea, Identidade Étnico-Racial, Criança Negra
33. A contribuição da boneca negra na construção da identidade étnico-racial de meninas negras	2012	Gisele Estrela Soares	Pedagogia	Identidade Étnico-racial, Educação Infantil, Meninas Negras
34. A aplicação da lei 10.639/2003 na Escola Comunitária Luiza Mahin	2013	Erisvaldo Ferreira de Jesus	Pedagogia	Escola Comunitária, Lei 10.639/2003, Educação Popular
35. A linguagem fílmica como recurso metodológico para aplicação da Lei 10.639/2003 em atividades de sala de aula	2013	Ana Cristina de Santana Barros	Pedagogia	Educação Étnico-racial, Filmes, Linguagem Fílmica
36. Desafios e dilemas enfrentados pelas professoras na abordagem das relações étnico-raciais no ensino fundamental na Escola Municipal Santo André após a Lei n.º 10.639/03	2013	Giselle Santana dos Reis	Pedagogia	A Lei Federal n.º 10.639/03, Movimento Negro, Relações Étnico-Raciais, Desafios e Dilemas

37. A aplicação da Lei 10.639/03: os desafios na sala de aula	2013	Gleynise Alcântara da Paixão Santana	Pedagogia	Formação de Professores, Relações Étnico-Raciais, Lei 10.639/03
38. Práticas pedagógicas e educação: um estudo de caso dialógico entre as possibilidades de construção identitária e as contribuições para a formação discente	2013	Jonêis Canedo de Santana dos Santos	Pedagogia	Educação, Práticas Pedagógicas, Formação Identitária
39. Quilombos educacionais: Projeto OGUNTEC - uma ação educativa do Instituto Cultural Steve Biko	2013	Rucivane de Jesus dos Santos	Pedagogia	Projeto OGUNTEC, Juventude Negra, Luta e Resistência, Educação Não Formal, Inclusão na Universidade
40. O candomblé e sua contribuição para a educação: formação de valores humanos	2013	Janaína Bastos Alves	Pedagogia	Ancestralidade, Candomblé, Educação, Formação de Valores, Heranças Africanas
41. Uma nova cultura universitária: a trajetória das ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia	2013	Evellin Silva Oliveira	Pedagogia	Ação Afirmativa, UNEB, Educação
42. História da Escola Mãe Hilda e do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê	2014	Maria Aparecida Nunes Mesquita	Pedagogia	Lei 10639/03, Cultura Africana e Afro-Brasileira, Capacitação para Professores
43. Perspectivas	2014	Marília Santana	Pedagogia	Linguagens Afro-

de linguagens afro-brasileiras para a alfabetização				Brasileiras, Lei 10.639/03, Alfabetização
44. Proposições teórico-metodológicas para o ensino da história e cultura africano-brasileira no ensino fundamental I	2014	Vaniluce Rodrigues Lima	Pedagogia	Arkhé Afro-Brasileira, Lei 10.639/03, Currículo do Ensino Fundamental I
45. A expectativa de estudantes negros do ensino médio em relação ao acesso à universidade: o caso do Colégio Estadual Duque de Caxias-Salvador-BA	2014	Dalva Quele Silva de Sousa	Pedagogia	Educação, Estudantes, Desigualdades, Expectativas, Cotas
46. Narrativas de jovens de terreiro de candomblé sobre suas vivências na escola: uma reflexão sobre abordagem das religiosidades afrobrasileira no ambiente escolar	2014	Jandira Santana da Cruz	Pedagogia	Identidades, Religiosidade de Matriz Africana, Escola
47. Os grupos étnicos africanos na formação da cidade de Salvador-BA: possibilidades metodológicas em sala de aula	2014	Antonio Mário Ribeiro dos Santos Virgens	Pedagogia	Lei 10.639/03, Educação Étnico-Racial,
48. Omo Bibi: Mestre Didi e seu legado socioeducativo através do conto	2014	Ana Patrícia F. Reis da Silva	Pedagogia	Arkhé africano-brasileira, Mestre Didi, História da Educação, Educação

				Infantil
“Por que Oxalá usa Ekodidé”				
49. A capoeira e a formação acadêmica, no ensino formal	2014	Magali Costa da Silva	Pedagogia	Capoeira, Educação, Educação Física, Ensino e Escola
50. Compondo narrativas criativas através dos contos da tradição africano-brasileira	2015	Cremilda Sacramento de Jesus	Pedagogia	Contos Africano-Brasileiros, Comunalidades, Educação Infantil
51. Ao som do berimbau: as linguagens socioeducativas da capoeira	2015	Manoela Oliveira Evangelista	Pedagogia	Patrimônio Africano-brasileiro, Capoeira, Educação Infantil.
52. Alma e pé no chão: a aprendizagem através da dança afro-brasileira na escola	2015	Ágatha Simas Souza	Pedagogia	Dança Afro-Brasileira, Corpo, Formação, Escola, Educação
53. Representação da mulher na revista Raça Brasil	2015	Taís dos Santos Lima	Psicologia	Mulher Negra, Representações Sociais, Revista
54. O ensino de História nos livros didáticos: o retrato do negro e do índio	2015	Daiana Regina Azevedo da Silva	Pedagogia	Livro Didático, Ensino de História, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Currículo
55. A Lei 10.639/2003 no contexto da EJA: o trabalho educativo com a temática étnico-racial realizado pelos professores de duas escolas públicas da cidade de São	2015	Roqueline Santos de Sena	Pedagogia	Lei 10.639/2003, Relações Étnico-Raciais, Educação de Jovens e Adultos, Prática Pedagógica

Sebastião do Passé-BA				
56. A cultura afro-brasileira nos livros didáticos de História das séries iniciais do ensino fundamental I	2015	Jilmara Balbina dos Santos	Pedagogia	Cultura Afro-Brasileira, Racismo, Personagens Negros, Livro Didático
57. A práxis pedagógica a partir da Lei 10.639/03	2016	Ana Lucia Silva Neris Papa	Pedagogia	Práxis Pedagógica, Lei 10.639/03, Relações Étnico-Raciais
58. "omi kosi, éwé kosi, òrisà kosi": o saber ancestral na educação ambiental das pessoas	2016	Rafaela Freitas Silva	Pedagogia	Ancestralidade, Meio ambiente, Educação Ambiental, Educação Escolar, Candomblé
59. Afrodescendência e práticas pedagógicas afetivas	2016	Emanoel Santana Sampaio Silva Filho	Pedagogia	Afrodescendência, Práticas Pedagógicas, Afetividade, Racismo
60. As linguagens de ensino socioeducativas do Terreiro São Jorge da Gomeia	2016	Thiffany Lima da Silva	Pedagogia	Linguagens de Ensino Socioeducativo, Educação, Terreiro São Jorge da Gomeia
61. Visibilidade e afirmação da diferença étnico-racial da criança negra na educação infantil em uma escola comunitária de Salvador-Bahia	2016	Debora Camila Assis Silva	Pedagogia	Identidade Étnico-Racial, Diferença, Lei 10.639/03, Educação Infantil
62. A leitura de livros literários com temáticas afro-brasileiras em escolas	2016	Pricila Barboza Rosa	Pedagogia	Literatura Infanto-Juvenil Afro-Brasileira, Seleção de Livros, Construção de

				Identidade
públicas no bairro de Pernambués e São Gonçalo, Salvador/BA				
63. Educação e relações raciais: as expectativas e possibilidades do acesso ao ensino superior das pessoas negras privadas de liberdade	2016	Helem dos Santos Moreira	Pedagogia	Educação em Presídio, Acesso à Educação Superior, Negro e Educação
64. A literatura e a construção da identidade negra	2016	Helena Vitória Nascimento dos Santos	Pedagogia	Identities Negras, Contexto Escolar, Representações do Personagem Negro
65. O genocídio da população negra: a abordagem da psicologia	2017	Maria de Fátima Conceição dos Santos	Psicologia	Genocídio da População Negra, Racismo Institucional, Homens Negros, Psicologia
66. A ocorrência de artigos em psicologia sobre a discussão racial após a implantação de cotas para negros e negras no ensino superior	2017	Ronald Santos de Santana	Psicologia	Relações Raciais, Ações Afirmativas, Psicologia, Produção Científica
67. O preconceito racial na educação infantil: um estudo em duas escolas de Lauro de Freitas	2017	Bartiria Pinheiro de Oliveira	Pedagogia	Preconceito Racial, Educação Infantil, Lauro de Freitas-BA
68. A literatura na formação da identidade da	2017	Alcimara Ramos Melo	Pedagogia	Literatura infantil, Identidade, Criança Negra,

criança negra, na educação infantil				Preconceito, Educação Infantil
69. Aplicabilidade da Lei 11645/08 no contexto da educação infantil: experiência de estágio em uma escola municipal de Lauro de Freitas	2018	Tâmara Cardoso Santana	Pedagogia	Lei 11645/08, Educação Infantil, Diretrizes Curriculares
70. Ações afirmativas no ensino superior: as políticas de permanência e assistência estudantil na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus I	2018	Camila Sacramento de Jesus	Pedagogia	Desigualdades Sociorraciais, Movimento Negro, Ações Afirmativas, Políticas de Assistência Estudantil, Universidade do Estado da Bahia
71. Aplicação da Lei 10.639/03: impacto na prática pedagógica de professores evangélicos da Escola Municipal do Parque São Cristovão Professor João Fernandes da Cunha	2018	Lindinalva Silva dos Santos	Pedagogia	Lei 10.639/03, Cultura Africana e Afro-Brasileira, Religiosidade, Professoras Evangélicas, Projeto Baobá
72. Racismo Institucional na saúde pública: significações da experiência do racismo por usuários adultos jovens autodeclarados	2018	Quésia Gomes dos Santos	Psicologia	Saúde Pública, Racismo Institucional, Sofrimento Psíquico, Adultos Jovens Negros

negros				
73. O que tem atrás da porta? A construção identitária da criança negra	2018	Maria da Conceição dos Santos	Pedagogia	Concepções de Leituras, Gêneros Textuais, Identidade

Dos TCCs disponíveis no DEDC, 73 atendiam ao critério estabelecido nesta pesquisa. Ou seja, tratavam de temas que discutiam a diversidade racial negra. O curso de Pedagogia é o que mais concentra trabalhos com o tema investigado aqui: 69. Os outros quatro trabalhos são de egressos do curso de Psicologia. A partir de agora, far-se-á a análise dos dados, destacando as temáticas comuns em cada pesquisa dos TCCs e reunindo-as em blocos de discussão.

3.1 TCCs relacionados com a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008

A Lei 10.639/2003 torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da Rede de Ensino. Já a Lei 11.645/2008 torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Ambas foram sancionadas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dos trabalhos levantados nesta pesquisa, vinte tratam explícita e especificamente da Lei 10.639/2003; e dois, da Lei 11.645/2008. Na tabela a seguir, eles estão listados.

Tabela 3: TCCs relacionados com a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008

Título	Ano	Autor(a)	Curso	Palavras-chave
1. O perfil dos estudantes de Pedagogia da UNEB: o que pensam sobre as relações raciais brasileiras e as determinações da Lei 10.639/03	2008	Carlinda Moreira dos Santos	Pedagogia	Relações Raciais, Ações Afirmativas, Formação de Professor, Negro
2. O negro e a educação: implementação da Lei 10.639/03 e as ações dos gestores escolares	2008	Dalila Fonseca Benevides	Pedagogia	Ações Afirmativas, Lei 10.639/2003, Ação Gestora, Relações Raciais na Escola
3. A afirmação da identidade da criança negra no	2009	Denise Leal de Jesus	Pedagogia	Cultura Afro-Brasileira, Identidade,

cotidiano escolar: um estudo da aplicação da Lei 10.639/03 nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Colégio Estadual Adroaldo Ribeiro Costa				Cotidiano Escolar, Prática Educativa
4. Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana no grupo quatro da Escola Municipal Osvaldo Cruz	2009	Daniela Santos de Jesus	Pedagogia	Lei 10.639/03, Escola, Criança Negra, Identidade, Autoestima
5. A importância da formação do professor para a efetivação da Lei 10.639/03 na Escola Municipal Agnelo de Brito	2010	Ana Carla Silva dos Santos	Pedagogia	Formação do Professor, Lei 10.639/2003, Diversidade Cultural, Relações Raciais na Escola
6. Implementação da Lei 10.639/03: estudo comparativo em duas escolas municipais de Salvador	2010	Alda Lobo Lima	Pedagogia	Resistência, Lei 10.639/2003, Ações Afirmativas, Capacitação de Professores
7. Desafios e possibilidades do ensino da cultura afro-brasileira no espaço escolar: o uso da pasta de textos	2010	Fernanda Lícia de Santana Barros	Pedagogia	Cultura Africana, Afro-Brasileira, Lei 10.639/03, Pasta de Textos
8. Implementação e aplicabilidade da	2012	Daisy Ribeiro de Jesus	Pedagogia	Lei 10.639/03, Racismo, Cultura Africana,

lei 10.639/03: o ponto de vista do professor de educação infantil e ensino fundamental de Salvador				Formação para Relações Raciais e Educação
9. A aplicação da lei 10.639/2003 na Escola Comunitária Luiza Mahin	2013	Erisvaldo Ferreira de Jesus	Pedagogia	Escola Comunitária, Lei 10.639/2003, Educação Popular
10. A linguagem fílmica como recurso metodológico para aplicação da Lei 10.639/2003 em atividades de sala de aula	2013	Ana Cristina de Santana Barros	Pedagogia	Educação Étnico-racial, Filmes, Linguagem Fílmica
11. Desafios e dilemas enfrentados pelas professoras na abordagem das relações étnico-raciais no ensino fundamental na Escola Municipal Santo André após a Lei n.º 10.639/03	2013	Giselle Santana dos Reis	Pedagogia	A Lei Federal n.º 10.639/03, Movimento Negro, Relações Étnico-Raciais, Desafios e Dilemas
12. A aplicação da Lei 10.639/03: os desafios na sala de aula	2013	Gleynise Alcântara da Paixão Santana	Pedagogia	Formação de Professores, Relações Étnico-Raciais, Lei 10.639/03
13. História da Escola Mãe Hilda e do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê	2014	Maria Aparecida Nunes Mesquita	Pedagogia	Lei 10639/03, Cultura Africana e Afro-Brasileira, Capacitação para Professores
14. Perspectivas	2014	Marília Santana	Pedagogia	Linguagens Afro-

de linguagens afro-brasileiras para a alfabetização				Brasileiras, Lei 10.639/03, Alfabetização
15. Proposições teórico-metodológicas para o ensino da história e cultura africano-brasileira no ensino fundamental I	2014	Vaniluce Rodrigues Lima	Pedagogia	Arkhé Afro-Brasileira, Lei 10.639/03, Currículo do Ensino Fundamental I
16. Os grupos étnicos africanos na formação da cidade de Salvador-BA: possibilidades metodológicas em sala de aula	2014	Antonio Mário Ribeiro dos Santos Virgens	Pedagogia	Lei 10.639/03, Educação Étnico-Racial,
17. A Lei 10.639/2003 no contexto da EJA: o trabalho educativo com a temática étnico-racial realizado pelos professores de duas escolas públicas da cidade de São Sebastião do Passé-BA	2015	Roqueline Santos de Sena	Pedagogia	Lei 10.639/2003, Relações Étnico-Raciais, Educação de Jovens e Adultos, Prática Pedagógica
18. A práxis pedagógica a partir da Lei 10.639/03	2016	Ana Lucia Silva Neris Papa	Pedagogia	Práxis Pedagógica, Lei 10.639/03, Relações Étnico-Raciais
19. Visibilidade e afirmação da diferença étnico-racial da criança negra na educação infantil em uma escola comunitária de Salvador-Bahia	2016	Debora Camila Assis Silva	Pedagogia	Identidade Étnico-Racial, Diferença, Lei 10.639/03, Educação Infantil

20. Aplicação da Lei 10.639/03: impacto na prática pedagógica de professores evangélicos da Escola Municipal do Parque São Cristovão Professor João Fernandes da Cunha	2018	Lindinalva Silva dos Santos	Pedagogia	Lei 10.639/03, Cultura Africana e Afro-Brasileira, Religiosidade, Professoras Evangélicas, Projeto Baobá
21. O legado da África - Salvador e a Lei 11.645/08: a implantação e implementação da Lei 11.645/08 nas escolas municipais de Salvador	2008	Amanda Brandão	Pedagogia	Formação Docente, Políticas Públicas, Lei 11.645/08
22. Aplicabilidade da Lei 11645/08 no contexto da educação infantil: experiência de estágio em uma escola municipal de Lauro de Freitas	2018	Tâmara Cardoso Santana	Pedagogia	Lei 11645/08, Educação Infantil, Diretrizes Curriculares

Ao todo, vinte TCCs se referem à Lei 10639/2003. Dezoito produzidos por mulheres; e dois, por homens. Todos os trabalhos com essa temática foram feitos por egressos do curso de Pedagogia.

A pesquisa intitulada *O perfil dos estudantes de Pedagogia da UNEB: o que pensam sobre as relações raciais brasileiras e as determinações da Lei 10.639/03*, feita em 2008, por Carlinda Moreira dos Santos, teve como objetivo investigar o perfil racial dos estudantes de Pedagogia da UNEB e conhecer suas percepções sobre relações raciais, políticas de combate ao racismo e desigualdades raciais na educação. Como metodologia, a discente usou a entrevista semiestruturada para obter as informações sobre o perfil dos estudantes. No TCC, Carlinda aborda as relações

raciais no Brasil, a inclusão do negro no sistema de ensino e discute as ações afirmativas, dando destaque para a Lei 10639/2003. Além disso, traça o perfil e a percepção do público-alvo escolhido a respeito das relações raciais. A investigação concluiu que o público matriculado no curso de Pedagogia do Campus I da UNEB, em 2008, era majoritariamente formado por mulheres. Os estudantes eram, predominantemente, pretos e pardos (como critério para essa classificação, Carlinda adotou as categorias raciais usadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na autodeclaração dos entrevistados), vindos de escola pública. Eles tinham renda familiar entre dois e quatro salários mínimos. Sobre as questões raciais, a pesquisa identificou que havia pouca reflexão sobre assunto e ideias equivocadas sobre ações afirmativas e religiões de matriz africana.

O ponto de destaque do TCC é a reflexão que levanta sobre o pensar as relações raciais brasileiras. Afinal, para pensar sobre tais questões é preciso, antes de tudo, se reconhecer. Para se reconhecer como negro não basta ter a melanina acentuada, é preciso ter uma atitude política. No livro *O Segundo Sexo*, a filósofa francesa Simone de Beauvoir, referência máxima quando se fala em movimento feminista, cunhou uma frase que ficou famosa e que fala muito sobre o ser mulher: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1967, p. 9). Esse mesmo pensamento vale para o ser negro e ter consciência das questões raciais. Em entrevista para a revista *Estudos Avançados*, em 2004, ao ser questionado sobre quem é negro no Brasil e se seria um problema de identidade ou de dominação, o antropólogo Kabengele Munanga levantou a discussão:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro. (MUNANGA, 2004, p. 52)

Portanto, muita gente tem a pele negra, mas ainda não se atentou para isso, para o fato de ser um corpo político no mundo, carregado de subjetividades e vítima de violência. Obviamente, a tomada de consciência é uma construção, que é própria de cada indivíduo. O trabalho de Carlinda revelou isso, que os estudantes tinham pouco conhecimento crítico a respeito das relações raciais. Para isso,

como afirma Munanga no trecho da entrevista reproduzido aqui, o negro tem que se reconhecer como tal para entender como as relações raciais o afeta.

3.1.1 Implementação/aplicação/efetivação da Lei 10639/2003

Doze trabalhos abordam a implementação/aplicação/efetivação da Lei 10639/2003. Todos são do curso de Pedagogia. Eles têm os seguintes títulos: 1) *O negro e a educação: implementação da Lei 10.639/03 e as ações dos gestores escolares* (Dalila Fonseca Benevides), 2) *A afirmação da identidade da criança negra no cotidiano escolar: um estudo da aplicação da Lei 10.639/03 nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Colégio Estadual Adroaldo Ribeiro Costa* (Denise Leal de Jesus), 3) *A importância da formação do professor para a efetivação da Lei 10.639/03 na Escola Municipal Agnelo de Brito* (Ana Carla Silva dos Santos), 4) *Implementação da Lei 10.639/03: estudo comparativo em duas escolas municipais de Salvador* (Alda Lobo Lima), 5) *Implementação e aplicabilidade da lei 10.639/03: o ponto de vista do professor de educação infantil e ensino fundamental de Salvador* (Daisy Ribeiro de Jesus), 6) *A aplicação da lei 10.639/2003 na Escola Comunitária Luiza Mahin* (Erisvaldo Ferreira de Jesus), 7) *A linguagem fílmica como recurso metodológico para aplicação da Lei 10.639/2003 em atividades de sala de aula* (Ana Cristina de Santana Barros), 8) *Desafios e dilemas enfrentados pelas professoras na abordagem das relações étnico-raciais no ensino fundamental na Escola Municipal Santo André após a Lei n.º 10.639/03* (Giselle Santana dos Reis), 9) *A aplicação da Lei 10.639/03: os desafios na sala de aula* (Gleynise Alcântara da Paixão Santana), 10) *A Lei 10.639/2003 no contexto da EJA: o trabalho educativo com a temática étnico-racial realizado pelos professores de duas escolas públicas da cidade de São Sebastião do Passé-BA* (Roqueline Santos de Sena), 11) *A práxis pedagógica a partir da Lei 10.639/03* (Ana Lucia Silva Neris Papa) e 12) *Aplicação da Lei 10.639/03: impacto na prática pedagógica de professores evangélicos da Escola Municipal do Parque São Cristovão Professor João Fernandes da Cunha* (Lindinalva Silva dos Santos).

Em *O negro e a educação: implementação da Lei 10.639/03 e as ações dos gestores escolares*, Dalila Benevides teve como objetivo analisar as ações dos gestores educacionais da rede estadual da Bahia, do bairro de Itapuã, em Salvador, para implementar a Lei 10.639/03. Para obter as informações, a estudante usou a pesquisa quantitativa, aplicando questionário, e a qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas. Ela fez um apanhado sobre a questão racial, definindo termos e embasando historicamente a temática. Tratou de racismo e educação, ações afirmativas, políticas de cotas e o negro na universidade. Dalila concluiu que, na época, havia esforço da Secretaria da Educação do Estado da Bahia para implementar a Lei nas escolas, através de cursos e

distribuição de material didático. A escola que serviu de local de pesquisa também promovia ações para que, aos poucos, as exigências da Lei fossem cumpridas.

A pesquisa *A afirmação da identidade da criança negra no cotidiano escolar: um estudo da aplicação da Lei 10.639/03 nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Colégio Estadual Adroaldo Ribeiro Costa*, feita por Denise Leal de Jesus, investigou a afirmação e reconstrução da identidade das crianças afrodescendentes diante das prerrogativas de Lei 10.639/2003. A pesquisadora observou como as atividades propostas na Colégio Estadual Adroaldo Ribeiro Costa traziam os conteúdos voltados para história e cultura afro-brasileira e, assim, contribuíam para a formação identitária das crianças. Na conclusão, Denise constatou que, embora convivessem com elementos da cultura negra, as crianças não se sentiam parte dela.

Ana Carla Silva dos Santos optou em falar sobre *A importância da formação do professor para a efetivação da Lei 10.639/03 na Escola Municipal Agnelo de Brito*. A pesquisa teve abordagem qualitativa, com professores e gestores da Escola Municipal Agnelo de Brito, localizada em Salvador, como sujeitos. A estudante fez entrevistas com os profissionais e observou o cotidiano de trabalho. O objetivo era mostrar como a formação do professor é fundamental para romper com um passado de negação da cultura negra. Nesse sentido, a Lei 10.639/2003 era um instrumento para isso. Constatou que, embora houvesse muitos professores comprometidos, era necessária uma mudança de postura de alguns docentes, que não refletiam criticamente sobre o próprio fazer pedagógico. Essa mudança, obviamente, contribuiria para que o profissional pensasse na importância da Lei e fizesse todo o esforço para implementá-la.

O TCC intitulado *Implementação da Lei 10.639/03: estudo comparativo em duas escolas municipais de Salvador*, de autoria de Alda Lobo Lima, teve como intuito fazer um estudo crítico sobre como os professores da Escola Municipal de Pernambués e da Escola Municipal Novo Horizonte, localizadas em Salvador, estavam se relacionando com a Lei 10.639/2003 e como eles foram formados para trabalhar com o instrumento. Para isso, como metodologia, a estudante aplicou questionários, além de fazer observações das práticas pedagógicas das duas unidades de ensino. Através das respostas dos professores, verificou-se a relação deles com a Lei e o quanto julgavam o instrumento importante para a sociedade e para o cotidiano escolar. A conclusão a que se chegou foi a de que os docentes precisavam tomar ainda mais consciência sobre as questões raciais, independentemente da Lei.

Em *Implementação e aplicabilidade da lei 10.639/03: o ponto de vista do professor de educação infantil e ensino fundamental de Salvador*, Daisy Ribeiro de Jesus faz entrevistas semiestruturadas para investigar como professores da rede pública estavam lidando com a implementação da Lei 10.639/03. O objetivo foi registrar a opinião de cada profissional e saber o grau de conhecimento dos docentes em relação à Lei. A pesquisa foi feita envolvendo dez escolas de Salvador, que não são identificadas no trabalho. Daisy fez uma discussão sobre a importância do processo educativo, analisou criticamente o fato de Salvador ser uma cidade de maioria negra e com currículo eurocêntrico e mostrou como a intolerância religiosa distorce as especificidades da Lei. A estudante chegou à conclusão de que os professores desconheciam os pormenores da Lei, mesmo algumas instituições oferecendo cursos de formação para eles.

O TCC de Erisvaldo Ferreira de Jesus teve como temática *A aplicação da lei 10.639/2003 na Escola Comunitária Luiza Mahin*. No trabalho, o estudante analisou como a instituição, que fica em Salvador, implementava as ações previstas na Lei. Para coletar os dados, ele fez entrevistas com os professores, a diretora, a vice-diretora, a coordenadora pedagógica e com pessoas responsáveis por uma política educacional comunitária e popular. Sendo assim, como metodologia, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa e também observação não participativa. No trabalho, Erisvaldo questionou como os conteúdos eram trabalhados na Escola Luiza Mahin e fez uma abordagem sobre a educação popular como instrumento de transformação educacional. Constatou que a escola realizava várias atividades voltadas para a aplicação da Lei.

A linguagem fílmica como recurso metodológico para aplicação da Lei 10.639/2003 em atividades de sala de aula foi o tema do TCC de Ana Cristina de Santana Barros. No trabalho, Ana usa os filmes *O Filho do Vento* e *Maré Capoeira* como recurso para a aplicação da Lei 10.639/2003 numa escola de Salvador, que não é identificada no TCC. Os filmes foram exibidos para as turmas do 2º e 3º ano, matutino; e 4º e 5º, vespertino. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou a metodologia da pesquisa-ação. Para coletar os dados, a estudante fez observações e entrevistas na comunidade escolar. Ana fez uma análise sobre currículo, identidade e educação étnico-racial. Além disso, destacou a importância da linguagem fílmica e as possibilidades pedagógicas dela.

Giselle Santana dos Reis investigou os *Desafios e dilemas enfrentados pelas professoras na abordagem das relações étnico-raciais no ensino fundamental na Escola Municipal Santo André após a Lei n.º 10.639/03*. O objetivo do trabalho foi identificar as dificuldades encontradas pelas professoras para colocar em prática a Lei 10.639/03, na Escola Municipal Santo André, que fica em Salvador. A abordagem foi qualitativa e, para obter os dados, a estudante fez levantamento

bibliográfico, observação de campo e aplicou questionário. No TCC, Giselle mostrou a trajetória do Movimento Negro Unificado até a implantação da Lei 10.639/2003 e expõe práticas para promover a construção de uma sociedade antirracista. Na conclusão, elencou os desafios enfrentados pelas professoras para abordar as relações étnico-raciais na escola: a) desconhecimento dos propósitos da Lei por parte das docentes, b) resistência dos pais dos estudantes e c) preconceito e intolerância religiosa.

Gleynise Alcântara da Paixão Santana, em seu TCC, falou sobre *A aplicação da Lei 10.639/03: os desafios na sala de aula*. O objetivo foi compreender como a Lei 10.639/03 estava sendo aplicada numa escola de Salvador, que não foi identificada no trabalho. A estudante fez pesquisa de campo e utilizou a observação e questionário como metodologia para obter os dados. Na pesquisa, Gleynise discutiu sobre as relações étnico-raciais no espaço escolar, formação do professor e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. A falta de estímulo da gestão escolar e a formação deficitária dos docentes foram os principais desafios identificados na pesquisa a respeito da aplicação da Lei 10.639/2003 na sala de aula.

A Lei 10.639/2003 no contexto da EJA: o trabalho educativo com a temática étnico-racial realizado pelos professores de duas escolas públicas da cidade de São Sebastião do Passé-BA foi o tema do TCC de Roqueline Santos de Sena. Ela investigou como os professores do II ciclo da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Graciliano Ramos e da Escola Municipal Dr. João Paim, localizadas em São Sebastião do Passé, trabalhavam a temática étnico-racial em sala de aula. Nesse sentido, analisou também qual era a visão dos docentes a respeito da Lei 10.639/2003. Além de fazer uma revisão da literatura da área, a estudante usou como metodologia a aplicação de questionário aberto. Roqueline fez uma abordagem sobre o contexto histórico das relações étnico-raciais no Brasil, enfatizando a educação de jovens e adultos. Como resultado, constatou que os professores das duas escolas pesquisadas consideravam necessário o trabalho com a Lei 10.639/2003, pois contribuía para superar as desigualdades presentes na sociedade brasileira. Contudo, a presença da temática nas práticas pedagógicas era insuficiente.

Ana Lúcia Silva Neris Papa abordou *A práxis pedagógica a partir da Lei 10.639/03* em seu TCC. O objetivo era compreender como se dava a aplicação da Lei 10.639/03 em duas escolas públicas situadas em Salvador, no bairro do Beiru, e quais as dificuldades para fazê-lo. As escolas não foram identificadas no trabalho. Ana Lúcia desenvolveu uma pesquisa qualitativa de caráter exploratória, com observação no local e questionário aplicado a professores e gestores. A estudante fez um breve histórico sobre a luta dos negros e todo o contexto que contribuiu para a promulgação da Lei

10.639/2003. Abordou também o papel da educação nesse sentido e o racismo na escola. Concluiu que, para ensinar a história e cultura afro-brasileira e africana, os professores precisam de uma formação eficaz. Caso contrário, vão reproduzir práticas excludentes no cotidiano escolar. Além disso, constatou que as secretarias da Educação precisam investir melhor nessa formação e que a escola deve assumir o seu papel para construir uma sociedade mais justa.

Aplicação da Lei 10.639/03: impacto na prática pedagógica de professores evangélicos da Escola Municipal do Parque São Cristovão Professor João Fernandes da Cunha foi o tema do TCC de Lindinalva Silva dos Santos. O objetivo da pesquisa foi compreender os impactos da implementação da Lei 10.639/2013 na prática pedagógica de professores evangélicos da Escola Municipal do Parque São Cristovão Professor João Fernandes da Cunha, que fica em Salvador. A pesquisa teve cunho qualitativo e usou questionário para obter os dados, além da ação participativa. No trabalho, Lindinalva mostrou as lacunas que distanciam a teoria da prática, no que diz respeito à aplicação da Lei, fez uma abordagem histórica sobre as religiões de matriz africana, destacando as práticas pedagógicas racistas, o ensino religioso, a laicidade do Brasil e o caráter facultativo do ensino de religião nas escolas. De acordo com o estudo, mesmo os professores tendo consciência da importância da Lei, havia uma invisibilidade em relação a ela.

Os doze trabalhos que abordam a implementação, aplicação ou efetivação da Lei 10.639/2003 demonstram como a referida Lei ainda precisa ser colocada em prática. Os TCCs, em geral, falam que muitos professores precisam criar estratégias para implementar o que é preconizado na legislação e buscar mais informação, embora participem de cursos de formação a respeito da História e Cultura Afro-Brasileira. Obviamente, as instituições de ensino também precisam fazer esforços para que a Lei seja cumprida.

Com a lei sancionada, tornando obrigatório o ensino da História dos afrobrasileiros e da África no ensino fundamental e médio, deu-se conta das dificuldades de sua implantação, em geral, os professores nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África, além do que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nestes níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, os alunos passam a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações.

Sendo assim, é muito comum, que as pessoas, sejam elas estudantes ou não, tratem a África de forma preconceituosa, reproduzimos em nossas idéias [sic] as notícias que circulam pela mídia, e que revelam um continente marcado pela miséria, guerras étnicas, AIDS, como já foram citadas. As imagens e informações que dominam os meios de comunicação, os livros didáticos incorporando a tradição racista e preconceituosa sobre o continente e a discriminação à qual são submetidos os afros descendentes [sic] aqui dentro (SANTOS, [19--?], p. 8 e 9).

A dificuldade de implementação da Lei 10.639/2003 advém das lacunas que estão presentes na história da sociedade brasileira e de certa falta de interesse de alguns atores envolvidos no processo de educação. Isso pode parecer contraditório, mas é uma realidade. Os TCCs analisados apontam esse problema, bem como a resistência de alguns integrantes da comunidade escolar em colocar em prática o que a Lei preconiza. Os trabalhos, em sua maioria, trazem sugestões de como a comunidade escolar pode introduzir os conhecimentos da história e cultura afro-brasileira no seu cotidiano: utilizando obras audiovisuais, músicas, literatura (dando ênfase aos autores), passeio a museus e locais que contam histórias de resistência dos povos negros, promovendo rodas de conversas, debates e seminários. São muitos os caminhos para fazer com que a Lei 10.639/2003 seja efetivada nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

3.1.2 Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

Dos TCCs que tratam sobre a Lei 10.639/2003, três abordam, especificamente, o ensino da história e cultura afro-brasileira: 1) *Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no grupo quatro da Escola Municipal Osvaldo Cruz* (Daniela Santos de Jesus), 2) *Desafios e possibilidades do ensino da cultura afro-brasileira no espaço escolar: o uso da pasta de textos* (Fernanda Lícia de Santana Barros) e *Proposições teórico-metodológicas para o ensino da história e cultura africano-brasileira no ensino fundamental I* (Vaniluce Rodrigues Lima).

No primeiro, Daniela Santos de Jesus fala da luta do Movimento Negro para enfrentar o racismo até chegar à conquista da Lei 10.639/2003. O TCC partiu de uma pesquisa bibliográfica e de campo, na Escola Municipal Osvaldo Cruz, que fica em Salvador. O objetivo era investigar e analisar as práticas de ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na referida instituição. Como procedimentos metodológicos, Daniela fez entrevista semiestruturada com a regente da sala e também observação. A estudante abordou os desafios para implementar a Lei 10.639/2003 e destacou a escola como espaço de formação de identidade e de fortalecimento da autoestima da criança negra. Na conclusão, constatou que o ensino da história e cultura do povo negro contribui para isso.

No segundo trabalho, a autora Fernanda Lícia de Santana Barros focou nos desafios e possibilidades para que o ensino, de fato, acontecesse em duas escolas municipais, situadas no bairro do Cabula, em Salvador. Os nomes das escolas foram omitidos na pesquisa. Como recurso para o processo construção do conhecimento, Fernanda deu destaque à *Pasta de Textos*, material didático destinado ao sistema de ensino da rede municipal de Salvador. A pesquisa foi qualitativa, bibliográfica e

documental. Ela fez uma abordagem sobre o ensino afro-brasileiro, debateu sobre o uso do livro didático e enfatizou a necessidade de formação continuada de professores, para que a realização do trabalho com a Lei 10.639/2003 seja eficaz. No final, concluiu que 90% dos professores que participaram da pesquisa faziam uso do material *Pasta de Textos* para implementar o que a referida Lei preconiza. Contudo, o recurso pedagógico precisava de uma atualização e contemplar disciplinas como Matemática, Ciências, Educação Artística e Geografia.

No terceiro, Vaniluce Rodrigues Lima investiga as proposições teórico-metodológicas para o ensino da história e cultura afro-brasileira e mostra qual é a importância desse ensino para o currículo do Ensino Fundamental I. A pesquisa, de caráter qualitativo e baseada na metodologia da pesquisa colaborativa, foi feita na Escola Municipal Governador Mário Covas, que fica no município de Lauro de Freitas. Vaniluce traçou a trajetória de luta que resultou no advento da Lei 10.639/2003 e apresentou perspectivas para a superação do racismo em sala de aula, através de sugestão de práticas pedagógicas com esse fim. Nas considerações finais, a estudante não deixou evidente se a escola que serviu de local para a pesquisa tinha as proposições que investigou.

3.1.3 Trabalhos sobre a Escola Mãe Hilda, alfabetização, grupos étnicos africanos na formação de Salvador e visibilidade e afirmação da diferença étnico-racial da criança negra

O TCC intitulado *História da Escola Mãe Hilda e do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê*, de autoria de Maria Aparecida Nunes Mesquita, teve como objetivo compreender a importância, na sociedade baiana e brasileira, da Escola Mãe Hilda (localizada em Salvador) e do seu projeto de extensão pedagógica. A escola, fundada em 1988, já tinha como premissa o que só em 2003 foi regulamentado como lei: ou seja, ensinar a história e cultura africana e afro-brasileira para estudantes da educação básica. O projeto pedagógico também já era de vanguarda, pois capacitava os professores do bairro da Liberdade e da região em formações que tinham como intuito discutir a educação focada nas relações étnico-raciais. Na pesquisa, Maria Aparecida aborda o histórico do Ilê Aiyê e da Escola Mãe Hilda, além de analisar a prática pedagógica da instituição. Ela faz referência aos jornais do Movimento Negro Unificado, destacando a educação da época, e fala da Banda Erê também.

Perspectivas de linguagens afro-brasileiras para a alfabetização foi o tema do TCC de Marília Ferreira Santana. No trabalho, a estudante desenvolveu uma oficina na Escola Municipal Oito de Maio, localizada no bairro de Periperi, em Salvador, a fim de demonstrar como as linguagens afro-brasileiras contribuem para a alfabetização de crianças, principalmente usando os princípios da Lei

10.639/2003. A abordagem da pesquisa foi qualitativa e como metodologia ela usou a pesquisa-ação colaborativa. Marília levantou uma discussão sobre a inserção de valores afro-brasileiros nos espaços curriculares, pedagogia antirracista e citou as canções do Ilê Aiyê como instrumento para isso.

Antonio Mário Ribeiro dos Santos Virgens abordou o seguinte tema no seu TCC: *Os grupos étnicos africanos na formação da cidade de Salvador-BA: possibilidades metodológicas em sala de aula*. Ele investigou e analisou como uma turma do 5º ano, do Colégio Estadual Francisco da Conceição Menezes, localizado no bairro do Cabula, em Salvador, compreendia historicamente a influência da cultura africana no seu cotidiano e na formação da capital da Bahia. A pesquisa, de caráter qualitativo, teve como base metodológica um levantamento bibliográfico, além de intervenção no colégio citado acima. A análise foi feita levando em consideração as prerrogativas da Lei 10.639/2003, com o objetivo de contribuir para o estabelecimento de uma educação antirracista. Antonio Mário fez um levantamento histórico dos grupos étnicos africanos presentes na construção sociocultural de Salvador no século XIX, destacando os nagôs, jejes e bantos. Estudou o legado cultural desses grupos e desmistificou os estereótipos a respeito do continente africano.

O último TCC deste tópico, intitulado *Visibilidade e afirmação da diferença étnico-racial da criança negra na educação infantil em uma escola comunitária de Salvador-Bahia*, de autoria de Débora Camila Assis Silva, trata da relevância do ensino das relações raciais na educação infantil, tendo como base a Lei 10.639/2003. O objetivo foi analisar como esse ensino contribui para dar visibilidade às diferenças que são próprias das crianças negras. A pesquisa foi qualitativa, a partir de um método exploratório, com uso de entrevistas semiestruturadas e de grupo focal, numa escola comunitária de Salvador. A análise de conteúdo foi utilizada para o estudo dos dados obtidos. Débora fez uma vasta discussão sobre relações raciais na educação infantil, abordou como a temática está incluída nas práticas pedagógicas dos professores e debateu a visibilidade e a afirmação da diferença étnico-racial da criança negra naquela esfera da educação. Na conclusão, a confirmação de que a escola pesquisada promovia a visibilidade e a afirmação racial.

A importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana foi a tônica de todos os trabalhos que se referem à Lei 10.639/2003. Faz-se necessário ressaltar que, com o advento da Lei, as temáticas africanas não serão usadas para substituir as outras temáticas tradicionalmente ensinadas nos estabelecimentos de ensino. O objetivo é contar uma história que foi negada por séculos, e contar de forma honesta, com base nos fatos, sem folclorizar nem mostrar apenas o lado

do opressor. É preciso desmistificar muita coisa, para que as próximas gerações não perpetuem um legado equivocado, que não corresponde com a verdadeira trajetória do povo negro.

Não é suficiente introduzir os conteúdos de história e cultura afrobrasileira [sic] ou africana para superar o eurocentrismo nas abordagens dos processos históricos. O desafio é promover um ensino-aprendizagem na qual a história da Ásia, por exemplo, não seja dicotomizada, nem contraposta, muito menos idealizada, mas que, sobretudo, possa ser compreendida na sua dinâmica e circularidade, com os embates do passado e do presente, na perspectiva da exigência de uma abordagem histórica substantiva.

É importante atentarmos para o perigo de “folclorizar” a história e a cultura afrobrasileira, despolitizando e reduzindo a um mero elemento de constituição de uma suposta identidade nacional. Sendo indispensável que o estudo das diversas culturas brasileiras, possa ser vislumbrado na sua relação com os aparatos éticos, políticos e históricos que as constituem. (KRAUSS; ROSA, 2010, p. 866)

3.1.4 Trabalhos sobre a Lei 11.645/2008

Tâmara Cardoso Santana tratou, em seu TCC, sobre a *Aplicabilidade da Lei 11645/08 no contexto da educação infantil: experiência de estágio em uma escola municipal de Lauro de Freitas*. O objetivo do trabalho foi identificar como a Lei 11.645/2008 estava sendo aplicada na escola em que o estudo foi feito e se a aplicabilidade atendia, de fato, aos preceitos da norma. A metodologia utilizada para coletar os dados foi a pesquisa exploratória, descritiva e análise documental. Tâmara fez um longo apanhado sobre a Lei 11.645/2008, relacionando-a com outros documentos oficiais para a prática pedagógica na educação básica, e debateu sobre a proposta de planejamento para a educação infantil já embasado pela lei. No final, concluiu que só algumas orientações apontadas nos documentos oficiais foram identificadas na instituição de ensino de Lauro de Freitas que serviu como local da pesquisa.

O legado da África – Salvador e a Lei 11.645/08: a implantação e implementação da Lei 11.645/08 nas Escolas Municipais de Salvador foi o tema do TCC de Amanda Brandão. O trabalho trata das relações étnico-raciais e da obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afrobrasileira e africana na educação fundamental. O objetivo foi verificar quais mudanças aconteceram no currículo e na prática pedagógica após cinco anos da aprovação da Lei 10.639/03. O trabalho de Amanda foi feito em 2008. A estudante consultou as legislações federais acerca do tema e fez uma pesquisa de campo na Escola Municipal Santa Terezinha, para saber como a unidade de ensino estava implementando as ações preconizadas na Lei 11.645/2008. A formação docente também foi objeto de estudo. Amanda fez uma discussão sobre a trajetória dos africanos no Brasil, abordou os

pontos de tensão na escola, destacando conceitos como raça, etnia, preconceito e discriminação, além de falar sobre a diversidade nesse espaço de conhecimento. Na pesquisa, de abordagem qualitativa, a estudante concluiu que os poderes públicos devem criar medidas que, de fato, contribuam para o respeito às questões dos negros e investimento na formação de professores. A preocupação em relação a isso já constava no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O documento é enfático quando diz:

A Lei 10639/2003 e, posteriormente, a Lei 11645/2008, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos (PLANO..., [19--?], s/p).

Nesse sentido, a escola carrega uma responsabilidade muito grande ao ser o espaço no qual a implementação das duas leis deve ser feita com rigor e atenção. Os TCCs abordaram isso de forma muito contundente e levantaram importantes questões para o debate do tema.

3.2 TCCs relacionados à identidade e representação

Os TCCs deste bloco tratam de identidade e representação. Dos trabalhos levantados nesta pesquisa, dezessete discutem identidade. Um foi produzido por uma estudante de Psicologia, os outros 16 foram produzidos por egressos de Pedagogia (quinze, por mulheres; e um, por homem). O TCC intitulado *A afirmação da identidade da criança negra no cotidiano escolar: um estudo da aplicação da Lei 10.639/03 nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Colégio Estadual Adroaldo Ribeiro Costa*, de autoria de Denise Leal de Jesus, foi colocado na listagem do bloco anterior por ter a aplicação da Lei 10.639/2003 como objetivo principal da pesquisa, como consta no resumo do trabalho. Na tabela abaixo, seguem os trabalhos voltados para a discussão identitária.

Tabela 4: TCCs relacionados à identidade e representação

Título	Ano	Autor(a)	Curso	Palavras-chave
1. As narrativas literárias infanto-juvenis afro-brasileiras como contribuição para a construção da	2008	Daniela Menezes dos Santos	Pedagogia	Relações Étnico-Raciais, Literatura Infanto-Juvenil, Narrativas Afro-Brasileiras, Tradição Oral, Construção da Identidade

**identidade dos
alunos do 3º ano
da Escola
Estadual
Governador
Roberto Santos**

2. A importância da literatura infanto-juvenil na construção da identidade étnico-racial das crianças negras do Lar Joana Angélica	2008	Luana Vidal dos Santos Borges	Pedagogia	Literatura Infanto-Juvenil, Criança Negra, Identidade Étnico-Racial, Educação
3. A imagem do negro no livro didático de História utilizado pela rede municipal de ensino de Salvador-BA no início do século XXI	2009	Thaise Rocha de Oliveira	Pedagogia	Livro Didático, Personagens Negros, Luta e Resistência do Povo Negro, Regime Escravista
4. Encontro de Cultura e Fé: construções identitárias e pedagógicas em comunidades remanescentes de quilombo da Chapada Diamantina-BA	2010	Daniele dos Santos Lima	Pedagogia	Encontro de Cultura e Fé, Identidade Cultural, Educação Não Formal, Remanescentes de Quilombo
5. Literatura infantil e a identidade da criança negra: construção ou negação?	2010	Cristiana Ferreira dos Santos	Pedagogia	Literatura Infanto-Juvenil, Identidade Étnico-Racial, Criança Negra, Educação
6. Os não ditos diante das questões raciais que aparecem em sala de aula: um estudo sobre a construção da	2010	Cristiane Maby Alfaia Oliveira Monte	Pedagogia	Identidade, Escola (espaço socioconstrutivo), Diversidade Cultural, Linguagem

identidade da criança negra				
7. Valorização da cultura negra numa perspectiva de resgate identitário de crianças e adolescentes no âmbito da ACRA	2010	Sara Soares dos Reis	Pedagogia	Valores Africano- Brasileiros, Ideologia do Recalque, Educação
8. Contos de temática africana e a afirmação da identidade de crianças afro- brasileiras	2011	Reijane Maria de Jesus Oliveira	Pedagogia	Identidade Negra, Contos de Temática Africana, Educação
9. Construção da identidade étnico-cultural afro-brasileira: desafios a enfrentar na escola	2011	Jociene Carvalho da Anunciação	Pedagogia	Identidade, Afrodescendente, História, Educação, Raízes, Conhecimento
10. A autoestima e formação identitária da criança negra: a importância da atuação do professor	2012	Eliane Santos Ataíde	Pedagogia	Educação, Identidade, Autoestima, Formação Étnico- Racial
11. A contribuição da boneca negra na construção da identidade étnico-racial de meninas negras	2012	Gisele Estrela Soares	Pedagogia	Identidade Étnico- racial, Educação Infantil, Meninas Negras
12. A literatura infantil e a construção da identidade étnico-racial da criança negra	2012	Shirlene Almeida dos Santos	Pedagogia	Literatura Infantil Contemporânea, Identidade Étnico- Racial, Criança Negra
13. Práticas	2013	Jonêis Canedo de	Pedagogia	Educação, Práticas

pedagógicas e educação: um estudo de caso dialógico entre as possibilidades de construção identitária e as contribuições para a formação discente		Santana dos Santos		Pedagógicas, Formação Identitária
14. Representação da mulher na revista Raça Brasil	2015	Taís dos Santos Lima	Psicologia	Mulher Negra, Representações Sociais, Revista
15. A literatura e a construção da identidade negra	2016	Helena Vitória Nascimento dos Santos	Pedagogia	Identities Negras, Contexto Escolar, Representações do Personagem Negro
16. A literatura na formação da identidade da criança negra, na educação infantil	2017	Alcimara Ramos Melo	Pedagogia	Literatura infantil, Identidade, Criança Negra, Preconceito, Educação Infantil
17. O que tem atrás da porta? A construção identitária da criança negra	2018	Maria da Conceição dos Santos	Pedagogia	Concepções de Leituras, Gêneros Textuais, Identidade

Em *As narrativas literárias infanto-juvenis afro-brasileiras como contribuição para a construção da identidade dos alunos do 3º ano da Escola Estadual Governador Roberto Santos*, Daniela Menezes dos Santos fez uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, para analisar a imagem dos personagens negros em obras literárias, com destaque para *As Tranças de Bintou*, de Sylviane Anna Diouf, que, de acordo com Daniela, traz um olhar justo e respeitoso da cultura africana. A discente aplicou questionários para estudantes e para a regente da turma a fim de verificar como se dava a inserção da temática afro-brasileira no cotidiano escolar. No estudo, discutiu a tradição oral como base para a literatura e fez um breve histórico sobre literatura infantojuvenil. Para a pesquisadora, algumas histórias apresentadas nos livros reforçavam estereótipos, outras valorizavam as questões étnico-raciais.

O TCC *A importância da literatura infanto-juvenil na construção da identidade étnico-racial das crianças negras do Lar Joana Angélica*, de autoria de Luana Vidal dos Santos Borges, levanta uma discussão sobre as características da literatura infantojuvenil brasileira, enfatizando como tais características contribuem para a construção da identidade de crianças negras. Nesse sentido, aborda a mudança no cenário literário a partir dos anos 80 do século passado, em que, de acordo com Luana, houve inovações na representação dos personagens. A autora fez a análise através de observação na escola comunitária Lar Joana Angélica, localizada em Salvador.

Em *A imagem do negro no livro didático de História utilizado pela rede municipal de ensino de Salvador-BA no início do século XXI*, Thaise Rocha de Oliveira analisa a imagem do negro nos livros didáticos de História da *Coleção Conhecer e Crescer*, adotada em Salvador em 2008. O trabalho teve como local de pesquisa a Escola Municipal de Bom Juá. Como metodologia, Thaise usou a análise de conteúdo para avaliar as imagens e textos que constavam nos livros didáticos. Os estudos da professora Ana Célia da Silva serviram como base para fundamentar a argumentação. Além de constatar a presença de personagens negros nos livros, Thaise concluiu que a perspectiva trazida nas obras era positiva, pois mostrava a história de luta e resistência do povo negro contra o regime de escravidão.

Analisar as relações identitárias proporcionadas pelo evento Encontro de Cultura e Fé, promovido por comunidades remanescentes de quilombos da Chapada Diamantina, foi o objetivo do TCC de Daniele dos Santos Lima, que teve como tema *Encontro de Cultura e Fé: construções identitárias e pedagógicas em comunidades remanescentes de quilombo da Chapada Diamantina-BA*. Daniele fez uma pesquisa qualitativa para identificar as relações e as características da educação não formal praticada na comunidade. Para isso, apresentou um histórico sobre o processo de escravização e a condição do negro no Brasil e elencou as comunidades remanescentes de quilombos da Chapada Diamantina.

Literatura infantil e a identidade da criança negra: construção ou negação? foi o tema do TCC de Cristiana Ferreira dos Santos. Nele, ela estuda a literatura afro-brasileira, a tradição oral africana e a linguagem iconográfica presente nas duas manifestações. A pesquisa faz um estudo sobre personagens negros na literatura, destacando que eles devem ir além dos estereótipos, para a criança negra ter um referencial positivo. Além disso, faz um estudo de caso com estudantes negros da Escola Municipal Sociedade Fraternal (EMSF), localizada no bairro de Pau da Lima, em Salvador. Como metodologia para levantar os dados, Cristiana fez observação, entrevistas e promoveu uma oficina de contação de histórias na unidade de ensino.

Em *Os não ditos diante das questões raciais que aparecem em sala de aula: um estudo sobre a construção da identidade da criança negra*, Cristiane Maby Alfaia Oliveira Monte tinha como objetivo investigar se a ausência da abordagem racial em sala de aula inibia a construção da identidade da criança negra. No TCC, a estudante não cita se realizou a pesquisa em alguma unidade de ensino nem fala da metodologia, que, ao que parece, foi baseada em trazer à tona a visão de autores da área. Ela discute os conceitos de raça, etnia, racismo, preconceito e discriminação e faz uma abordagem da importância da escola na formação cidadã. Nas considerações finais, afirma que ainda há um longo caminho a percorrer em relação à temática que escolheu discutir.

Sara Soares dos Reis produziu o TCC intitulado *Valorização da cultura negra numa perspectiva de resgate identitário de crianças e adolescentes no âmbito da ACRA*. O objetivo foi caracterizar como o recálculo à identidade afro-brasileira afligia crianças e adolescentes que participavam das atividades da Associação Crianças Raízes do Abaeté (ACRA). Ela fez estudos, análises de documentos, entrevistas, oficinas e coleta de dados para implementar a pesquisa, de natureza qualitativa. Discutiu a ideologia do embranquecimento numa perspectiva de recálculo da alteridade civilizatória africana, abordou a resistência negra nos quilombos e falou do currículo escolar como fonte de afirmação dos valores da população negra. Na conclusão, indicou que há perspectivas positivas para transcender ideias preconceituosas e racistas na ACRA.

Contos de temática africana e a afirmação da identidade de crianças afro-brasileiras foi o tema do TCC de Reijane Maria de Jesus Oliveira. No trabalho, ela desenvolveu um estudo na Escola Municipal Anizete Alves, localizada em Salvador, no bairro da Engomadeira, com o intuito de aproximar os educadores dos contos africanos e, assim, fazer com que eles trabalhassem com a afirmação da identidade de crianças negras. Como metodologia da pesquisa qualitativa, Reijane fez análises bibliográficas e entrevistas semiestruturadas. No trabalho, ela fez um contexto histórico de Salvador como uma territorialidade negra, dando destaque para as civilizações afro-brasileiras que estavam na capital baiana no século XIX, e discutiu educação e racismo. A estudante concluiu que levar, para a sala de aula, histórias com personagens com os quais as crianças se identificam é um caminho importante para a afirmação e elaboração do ser negro ou negra.

No TCC *Construção da identidade étnico-cultural afro-brasileira: desafios a enfrentar na escola*, Jociene Carvalho da Anunciação tinha como intuito mostrar como a abordagem em sala de aula das raízes africanas era importante para a construção da identidade dos afrodescendentes. Como referência, ela usa a coleção *História Geral da África*, publicada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 2010. Na pesquisa qualitativa e

bibliográfica, a estudante discute a concepção de identidade e de cultura e fala da influência da História na construção da identidade. Além disso, discorre sobre a África como berço da humanidade e traz aspectos da Lei 10.639/03 para refletir sobre espaço escolar e identidade negra. Jociene constatou que estudar o passado é condição necessária para entender o presente e compreender como se forma a identidade de uma pessoa.

Eliane Santos Ataíde é a autora do TCC *A autoestima e formação identitária da criança negra: a importância da atuação do professor*. No trabalho, Eliane faz uma análise de como as práticas pedagógicas da Escola Municipal Álvaro da Franca Rocha, localizada em Salvador, se refletiam na autoestima das crianças negras. Ela fez uma pesquisa de abordagem qualitativa com estudantes e professores da unidade de ensino. Como metodologia, fez observações no local e aplicou questionário para o público-alvo. A autora discutiu o conceito de autoestima e a importância da escola na formação da criança. Na conclusão, constatou que a escola pesquisada demonstrava respeito pela cultura afro-brasileira nas suas práticas pedagógicas, mas tinha que investir mais na formação dos professores, principalmente para que eles tivessem mais conhecimento sobre pluralidade cultural.

Gisele Estrela Soares produziu o TCC *A contribuição da boneca negra na construção da identidade étnico-racial de meninas negras*. O objetivo foi discutir, na universidade e nas instituições de ensino de educação infantil, como bonecas negras contribuem positivamente na construção da identidade étnico-racial de meninas negras. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi feita no Centro Municipal de Educação Infantil Fruto do Amanhã, localizado em Salvador, no bairro do Marotinho, e incluiu a observação, o diário de bordo e entrevistas semiestruturadas como instrumentos metodológicos. Antes de Gisele implementar o estudo, a instituição não usava bonecas negras como recurso nas atividades pedagógicas. A estudante fez uma discussão sobre racismo, mídia e consumo infantil, além de debater os pressupostos para uma educação antirracista. A pesquisa concluiu que o uso das bonecas auxilia na construção da identidade de meninas negras porque traz representatividade para elas.

Shirlene Almeida dos Santos escolheu o tema *A literatura infantil e a construção da identidade étnico-racial da criança negra* para tratar no seu TCC. O intuito foi identificar se a literatura infantil contemporânea contribuía para a construção da identidade étnico-racial de crianças negras. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica e quinze obras foram escolhidas para o estudo. Shirlene fez uma discussão sobre a caracterização da infância, abordou o histórico da literatura infantil no mundo e no Brasil, passando por Monteiro Lobato e chegando à contemporaneidade. A

pesquisa revelou que a literatura contribui para a construção da identidade das crianças negras quando as obras trazem representações positivas de personagens negros.

Práticas pedagógicas e educação: um estudo de caso dialógico entre as possibilidades de construção identitária e as contribuições para a formação discente foi o título do TCC de Jonêis Canedo de Santana dos Santos. O trabalho discutiu a construção da identidade afrodescendente em sala de aula. A pesquisa foi realizada na Escola Vivaldo da Costa Lima, em Salvador, no bairro do Pelourinho. No trabalho, Jonêis levantou um debate sobre as práticas pedagógicas dos professores e as contribuições das concepções identitárias para a formação discente. Na conclusão, o pesquisador constatou que a instituição demonstrava respeito pelos estudantes, mas precisava investir mais na formação do professor. Principalmente, no que diz respeito aos conhecimentos voltados para a pluralidade cultural.

Taís dos Santos Lima falou sobre a *Representação da mulher na revista Raça Brasil* no seu TCC. No trabalho, de caráter qualitativo, Taís analisou 15 edições da revista Raça Brasil a fim de saber como a mulher era representada no periódico. Como critérios para a análise, ela destacou a discussão de gênero e os estereótipos sobre a mulher que estão presentes na sociedade. Para fundamentar a discussão, Taís usou, entre outros autores, o psicólogo francês Serge Moscovici e a sua teoria da representação social. A pesquisadora fez uma discussão sobre a representação social da mulher, dando destaque à mulher negra, e chegou à conclusão de que a revista Raça Brasil conseguiu imprimir, de 1996 (quando foi fundada) até 2015 (quando o TCC foi produzido), uma boa representação da mulher nas suas páginas, sobretudo da mulher negra, que fez parte de uma linha de investigação específica no trabalho.

A literatura e a construção da identidade negra foi o tema do TCC de Helena Vitória Nascimento dos Santos. Ela utilizou duas obras literárias para fazer a investigação: *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães e *Leite do Peito*, de Geni Guimarães. Para o estudo da construção das identidades negras, Helena usou a base teórica de Stuart Hall. Sendo assim, a pesquisa foi bibliográfica e discutiu o conceito de identidade, a importância da literatura na construção social e o histórico literário de personagens negros.

Alcimara Ramos Melo fez o TCC com o seguinte tema: *A literatura na formação da identidade da criança negra, na educação infantil*. O objetivo foi compreender como a literatura infantil contribuía para a formação da identidade da criança negra. Para isso, ela analisou a opinião de professores e identificou as estratégias adotadas em sala de aula, especificamente na Escola

Municipal Professora Aurora Magalhães Ribeiro, localizada em Lauro de Freitas. No trabalho, a estudante traçou um histórico da educação e da literatura infantil, enfatizando a construção identitária da criança negra. A pesquisa, de abordagem qualitativa, teve como instrumentos metodológicos a análise de documentos, a observação e a entrevista semiestruturada. Na conclusão, Alcimara constatou que a literatura infantil pode contribuir como ferramenta para a construção da identidade da criança negra, desde que traga representações positivas dos negros.

O que tem atrás da porta? A construção identitária da criança negra foi o tema do TCC de Maria da Conceição dos Santos. O objetivo do trabalho foi observar e descrever as ações do projeto *O que Tem Atrás da Porta?* para promover o respeito à cultura africana e afro-brasileira numa escola da rede municipal de Salvador. O projeto foi idealizado pela pedagoga, contadora de histórias e escritora Helena Vitória Nascimento dos Santos. Para coletar os dados, além da observação, Maria fez entrevistas com Helena dos Santos e com duas professoras da unidade de ensino. No trabalho, a pesquisadora discutiu concepções de leitura, destacando os gêneros textuais, falou do importante papel do educador e da escola na afirmação da identidade e sobre as políticas de inclusão do negro na sociedade, citando a Lei 10.639/2003.

Os trabalhos desta seção foram voltados para as questões identitárias relacionadas ao povo negro. Em geral, os TCCs abordam a formação e construção da identidade de crianças negras. A preocupação dos estudantes foi sempre a de investigar como a literatura, o ambiente escolar, a mídia, entre outros, valorizavam e contribuía(m) (ou não) para a representação da identidade negra. O debate é necessário porque promove uma reflexão sobre a temática e aponta caminhos para mudança de posturas. Dessa forma, as próximas gerações vão ter um outro entendimento sobre a própria identidade e vão promover debates ainda mais críticos nesse sentido.

A categoria identidade é efetivamente importante para compreendermos como o indivíduo se constitui, influencia sua autoestima e sua maneira de existir. Nesse sentido, é fundamental, para a compreensão da problemática da pessoa negra, o conhecimento da maneira como ela desenvolve sua identidade, principalmente em contextos sociais adversos nos quais é discriminada negativamente. (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 261)

Identidade e autoestima estão intimamente ligadas. Os trabalhos analisados, que discutem a temática identitária, tratam dessas questões e trazem sugestões para que a sociedade possa modificar um comportamento preconceituoso e violento, que foi historicamente estabelecido.

3.3 TCCs relacionados à religiosidade/espiritualidade/ancestralidade

Os TCCs que serão analisados neste bloco discutem religiosidade, espiritualidade e ancestralidade. Sete trabalhos abordam a temática. Todos foram produzidos por egressos do curso de Pedagogia (seis por mulheres; e um, por homem).

Tabela 5: TCCs relacionados à religiosidade/espiritualidade/ancestralidade

Título	Ano	Autor(a)	Curso	Palavras-chave
1. Ìkôsã: a pedagogia de mitos africanos – um direito à alteridade	2009	Michel de Freitas Santos	Pedagogia	Mitos Africanos, Educação Pluricultural, Currículo, Ancestralidade, Pedagogia do Ìkôsã.
2. Discutindo o respeito às religiões de matrizes africanas na educação infantil da rede municipal de ensino de Salvador	2011	Gina Sento Sé Brito	Pedagogia	Religiões Afro-Brasileiras, Intolerância Religiosa, Educação
3. As relações da criança candomblecista no espaço social da escola	2011	Mônica Estela Neves Higino	Pedagogia	Candomblé, Oralidade, Educação e Religiosidade
4. O candomblé e sua contribuição para a educação: formação de valores humanos	2013	Janaína Bastos Alves	Pedagogia	Ancestralidade, Candomblé, Educação, Formação de Valores, Heranças Africanas
5. Narrativas de jovens de terreiro de candomblé sobre suas vivências na escola: uma reflexão sobre abordagem das religiosidades afrobrasileira no ambiente escolar	2014	Jandira Santana da Cruz	Pedagogia	Identidades, Religiosidade de Matriz Africana, Escola
6. As linguagens	2016	Thiffany Lima da	Pedagogia	Linguagens de

de ensino socioeducativas do Terreiro São Jorge da Gomeia		Silva		Ensino Socioeducativo, Educação, Terreiro São Jorge da Gomeia
7. "omi kosi, éwé kosi, òrisà kosi": o saber ancestral na educação ambiental das pessoas	2016	Rafaela Freitas Silva	Pedagogia	Ancestralidade, Meio ambiente, Educação Ambiental, Educação Escolar, Candomblé

O estudante Michel de Freitas Santos discutiu, em seu TCC, o seguinte tema: *Ìkôsân: a pedagogia de mitos africanos – um direito à alteridade*. O intuito do trabalho era mostrar a possibilidade de educar crianças afrodescendentes através de mitos africanos. Para reforçar isso, a pesquisa mostrou como a cultura negra é silenciada por causa de uma ideologia do branqueamento. A análise traça um panorama histórico desde a época da pedagogia jesuítica até as práticas pedagógicas do contexto em que o trabalho foi publicado, em 2009, e propõe a Pedagogia do Ìkôsân para desconstruir a visão iluminista hegeliana e mostrar que os africanos e afrodescendentes são dotados de brilho e inteligência. Como metodologia, Michel usou a tradição oral africana.

Discutindo o respeito às religiões de matrizes africanas na educação infantil da rede municipal de ensino de Salvador foi o tema do TCC de Gina Sento Sé Brito. O objetivo foi avaliar se os professores da rede municipal estavam capacitados para promover o respeito à diversidade religiosa de matriz africana. No trabalho, ela fez uma abordagem sobre as religiões afro-brasileiras e discutiu educação e tolerância, mostrando a escola como um espaço de promoção da diversidade religiosa. Como metodologia, Gina aplicou questionários com dez professoras de uma escola da rede municipal.

Mônica Estela Neves Higino produziu a monografia intitulada *As relações da criança candomblecista no espaço social da escola*. O objetivo de Mônica era identificar como a prática social desenvolvida nas escolas de educação formal se relacionava com a criança candomblecista. Nesse sentido, observou como os educadores lidavam com as diferenças e com a tolerância religiosa. Como metodologia para levantar os dados, ela utilizou a pesquisa bibliográfica e observação na escola. A escola que serviu de objeto para a pesquisa não foi citada no trabalho.

Identificar como os conhecimentos do candomblé contribuem para o processo educativo foi o objetivo do trabalho *O candomblé e sua contribuição para a educação: formação de valores*

humanos, de autoria de Janaína Bastos Alves. A análise trouxe uma reflexão sobre educação formal e não-formal e como os adeptos do candomblé se inserem nesses diferentes contextos. Além disso, discutiu a formação do indivíduo e a herança africana, destacando as religiões de matriz africana e, especificamente, o candomblé. A pesquisa foi bibliográfica e baseada em relatos de dois adeptos do candomblé, sujeitos da pesquisa.

Jandira Santana da Cruz produziu o TCC intitulado *Narrativas de jovens de terreiro de candomblé sobre suas vivências na escola: uma reflexão sobre abordagem das religiosidades afrobrasileira no ambiente escolar*, cujo objetivo era analisar como o candomblé e a religiosidade de matriz africana eram tratados na escola. A análise partiu das narrativas dos próprios estudantes participantes de terreiros. A estudante fez uma breve reflexão sobre os temas educação e religião, além de falar de forma contundente sobre religiosidade de matriz africana. Como metodologia, usou a entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica. Os jovens entrevistados eram estudantes do Colégio Nabuco, localizado no Engenho Velho da Federação, que faz parte da rede particular de Salvador.

Thiffany Lima da Silva é a autora do TCC cujo tema é *As linguagens de ensino socioeducativas do Terreiro São Jorge da Gomeia*. O objetivo do trabalho foi discutir como as práticas socioeducativas desenvolvidas no terreiro contribuem para construir uma pedagogia preocupada com uma formação plural da sociedade. A pesquisa, de natureza qualitativa, abordou a construção de identidade dentro do terreiro, o empoderamento social, o engajamento político e a perspectiva educacional a partir de uma comunidade afrorreligiosa. A entrevista semiestruturada foi o instrumento utilizado como metodologia para adquirir as informações. Na conclusão, Thiffany constatou que as linguagens socioeducativas do Terreiro São Jorge da Gomeia, localizado em Lauro de Freitas, contribuem para a construção identitária das pessoas.

"omi kosi, éwé kosi, òrisà kosi": o saber ancestral na educação ambiental das pessoas foi o tema do TCC de Rafaela Freitas Silva. No trabalho, o objetivo da estudante foi analisar a relação das pessoas com a educação escolar e o meio ambiente a partir da ancestralidade. Para isso, usou o candomblé o como elemento central para exemplificação disso. Ela escolheu o Parque São Bartolomeu, que tem valor histórico, ambiental e religioso, como local para realizar a pesquisa. O Parque está localizado no bairro de Pirajá, em Salvador. Além de se debruçar na bibliografia relacionada com o tema, a metodologia utilizada por Rafaela para coletar os dados foi uma entrevista com Valdeci Teixeira Barbosa, popularmente conhecida como Mãe Val, defensora das religiões de matriz africana e do Parque São Bartolomeu. A estudante levantou um breve histórico

do Parque, falou sobre educação pela natureza e educação ancestral. Na conclusão, defendeu uma pedagogia mais inclusiva, respeitosa e aberta à diversidade.

Todos os trabalhos deste bloco enfatizam a dicotomia “religião de matriz africana” x “respeito”. Por ser uma religião que sofre preconceito na sociedade, porque as pessoas não buscam informações sobre ela, o candomblé acaba sendo fruto de muita discriminação. Esses dois aspectos são práticas violentas, que contribuem para a intolerância. Sampaio (2009, p. 3) falou sobre isso com exatidão:

A intolerância é umas das expressões da violência – entendida como a ruptura das relações harmoniosas, justas e fundadas no diálogo e no respeito ao outro. E por ser uma das formas da violência, há que se interpelar sobre suas implicações e as exigências para que a real tolerância seja efetivada, sobretudo nos meios escolares e/ou acadêmicos.

Contudo, e é importante pontuar, os TCCs que foram analisados aqui mostram que o respeito, aos poucos, vem sendo alcançado. Há casos em que a sociedade reforça o preconceito e a intolerância, mas os estudos acerca da temática contribuem para informar e limitar atitudes baseadas em conceitos prévios.

3.4 TCCs relacionados à pluralidade cultural e artística

Os TCCs que serão analisados neste bloco tratam de pluralidade cultural e artística. Oito trabalhos abordam o tema e todos foram produzidos por egressos do curso de Pedagogia (seis, por mulheres; e dois, por homens). O entendimento de pluralidade cultural e artística estabelecida nesta pesquisa diz respeito às atividades artísticas criadas pelo ser humano e que contribuem para o seu crescimento e manutenção de saberes.

Tabela 6: TCCs relacionados à pluralidade cultural e artística

Título	Ano	Autor(a)	Curso	Palavras-chave
1. Rap: uma experiência pedagógica na reafirmação da cultura da criança negra	2009	Josenilda Débora Santos Silva	Pedagogia	Cultura, RAP, Prática Pedagógica, Pluralidade Cultural, Negritude
2. Museu afro e escola: possibilidades de encontro e encantos	2010	Eloina Maria dos Santos Santos	Pedagogia	Museu, Relações Étnico-Raciais, Educação, Resgate
3. As	2010	Tairone	Pedagogia	Movimento Rasta,

contribuições do reggae de Bob Marley na formação do indivíduo crítico e emancipado		Rodrigues Paiva		Reggae, Educação, Indivíduo Crítico e Emancipado
4. Meia lua de compasso: relações entre a prática da capoeira e o aprendizado da geometria no ensino	2012	Walker de Jesus Nogueira	Pedagogia	Capoeira, Educação, Geometria, Etnomatemática, Interdisciplinaridade
5. Omo Bibi: Mestre Didi e seu legado socioeducativo através do conto “Por que Oxalá usa Ekodidé”	2014	Ana Patrícia F. Reis da Silva	Pedagogia	Arkhé africano-brasileira, Mestre Didi, História da Educação, Educação Infantil
6. A capoeira e a formação acadêmica, no ensino formal	2014	Magali Costa da Silva	Pedagogia	Capoeira, Educação, Educação Física, Ensino e Escola
7. Ao som do berimbau: as linguagens socioeducativas da capoeira	2015	Manoela Oliveira Evangelista	Pedagogia	Patrimônio Africano-brasileiro, Capoeira, Educação Infantil.
8. Alma e pé no chão: a aprendizagem através da dança afro-brasileira na escola	2015	Ágatha Simas Souza	Pedagogia	Dança Afro-Brasileira, Corpo, Formação, Escola, Educação

Josenilda Débora Santos Silva é a autora do TCC *Rap: uma experiência pedagógica na reafirmação da cultura da criança negra*. Para estudar como os elementos do rap eram utilizados na educação contra o racismo, ela usou como objeto estudantes do Colégio Manoel Ribeiro, da rede particular de Salvador, que fica localizado no bairro de Marechal Rondon. A estudante colocou em discussão o ser humano como sujeito cultural e o conceito de cultura popular para fazer a investigação. Tratou ainda da descolonização da pedagogia racista e da relação do rap com a Lei

10.639/2003. Como resultado, constatou a potencialidade do rap para tornar os estudantes sujeitos ativos na sociedade, destacando as matrizes etnoculturais no ambiente escolar.

Eloina Maria dos Santos Santos produziu o TCC com o tema *Museu afro e escola: possibilidades de encontro e encantos*. O intuito foi mostrar o museu como um espaço de educação informal, principalmente para resgatar a história da cultura africana e cumprir os preceitos da Lei 10.639/2003. Sendo assim, seria uma forma de elevar a autoestima dos educandos negros, para que eles criassem uma imagem mais realista da África. Para realizar a pesquisa, Eloina usou o Museu Afro da Universidade Federal da Bahia (MAFRO) como objeto, uma vez que o equipamento cultural é voltado para discutir as relações étnico-raciais. Para coletar os dados, a pesquisadora fez entrevistas com estudantes e educadores. Eloina fez uma discussão sobre o museu como espaço não formal de educação e mostrou a importância dos museus etnológicos para o aprendizado da cultura afro. Na conclusão, embora os museus já tenham um objetivo educacional intrínseco, Eloina constatou que os colégios (os nomes não foram citados no trabalho) em que aplicou as entrevistas não colocaram a visita no planejamento do Projeto Político-Pedagógico.

As contribuições do reggae de Bob Marley na formação do indivíduo crítico e emancipado foi o tema do TCC de Tairone Rodrigues Paiva. O objetivo foi pesquisar se os elementos educativos do reggae podiam suscitar o aumento da criticidade e emancipação de pensamento dos ouvintes do estilo musical. Assim, o indivíduo se tornaria mais ativo na sociedade. Para investigar a questão, Tairone fez uma pesquisa bibliográfica, na qual estudou a origem do gênero e do movimento rastafári. O estudante fez um histórico do rastafarianismo, destacando a presença dele na Jamaica e em Salvador, e mostrou as possíveis ligações entre o reggae e a educação. Como metodologia, o estudante aplicou entrevistas com pessoas ligadas ao rastafarianismo. Na conclusão, constatou que o reggae contribui para estimular a criticidade e autonomia das pessoas.

Walker de Jesus Nogueira é autor do TCC *Meia lua de compasso: relações entre a prática da capoeira e o aprendizado da geometria no ensino*. O objetivo do trabalho foi relacionar as contribuições da prática da capoeira para o ensino de geometria no ensino fundamental. Como metodologia, o estudante fez uma pesquisa bibliográfica e observação participativa em aulas de capoeira. Na investigação, Walker abordou a história da capoeira, elencou os aspectos pedagógicos da prática e trouxe o conceito de etnomatemática para a discussão. Na conclusão, constatou que não há empecilho em usar a manifestação cultural como mais um recurso para o ensino da geometria.

Omo Bibi: Mestre Didi e seu legado socioeducativo através do conto “Por que Oxalá usa Ekodidé” foi o tema do TCC de Ana Patrícia F. Reis da Silva. O trabalho teve como objetivo reafirmar a importância histórica do legado socioeducativo do Mestre Didi e compreender como as obras dele transmitiam valores das civilizações africanas, possibilitando abordagens teórico-metodológicas para a educação infantil. Como referência para o estudo, a estudante usou o livro *Por que Oxalá usa Ekodidé*. A pesquisa teve caráter qualitativo, com análise de documento. No TCC, Ana Patrícia traçou um perfil de Mestre Didi, que foi artista plástico, escritor e educador, e fez uma síntese da obra estudada. Na conclusão, a constatação de que ele deixou um largo acervo sobre a civilização africana e que esses saberes devem ser colocados em prática em qualquer ambiente social.

Magali Costa da Silva escreveu sobre *A capoeira e a formação acadêmica, no ensino formal*. O objetivo do trabalho foi constatar se era dispensável ou não a licenciatura em educação física como requisito para profissionais ensinarem capoeira nas escolas e mostrar a importância de se conhecer a história da capoeira para realizar a docência. A estudante fez um breve histórico sobre a capoeira, abordou os aspectos pedagógicos que emanam da atividade e como se forma o profissional que dá aula de capoeira. Como metodologia, Magali usou a entrevista semiestruturada. Depois da análise de dados das entrevistas feitas, concluiu que é dispensável a graduação para o ensino de capoeira, porque um profissional exclusivamente da área de educação física pode ter limitações para ensinar uma atividade que faz parte do patrimônio cultural brasileiro, e que exige esse olhar.

Ao som do berimbau: as linguagens socioeducativas da capoeira foi o tema do TCC de Manoela Oliveira Evangelista. No trabalho, a estudante tinha como objetivo destacar a importância da capoeira e demonstrar como as linguagens socioeducativas da atividade contribuem para a afirmação da identidade cultural das crianças que fazem as aulas. A pesquisa qualitativa abordou brevemente a origem da capoeira angolana e da capoeira regional, bem como a biografia dos mestres Pastinha e Bimba. A dinâmica da roda de capoeira e as ladainhas que são cantadas no jogo também foram objeto de discussão no trabalho. A metodologia empregada foi a pesquisa-ação, na qual Manoela fez algumas oficinas na Associação de Capoeira Engenho, que fica no bairro de Vila de Abrantes, em Camaçari.

Ágatha Simas Souza produziu o TCC intitulado *Alma e pé no chão: a aprendizagem através da dança afro-brasileira na escola*. O objetivo foi compreender como a dança afro-brasileira amplia a formação dos educandos. Na pesquisa, de caráter qualitativo, Ágatha falou sobre a história da dança no Brasil, o percurso da dança na educação e na história do povo negro. A estudante também

abordou o reconhecimento da dança afro-brasileira no contexto social brasileiro e o aprendizado que advém dessa modalidade artística. Na conclusão, ela constatou que há ausência de contato com a dança afro-brasileira nas escolas e que isso ajuda a limitar a afirmação cultural étnica.

Os trabalhos deste bloco, em geral, mostraram como a pluralidade cultural da negritude pode contribuir para a formação de crianças e deve ser introduzida nas escolas em todos os níveis. Nilma Lino Gomes (2003, p. 78) afirma: “[...] o que importa aqui é destacar que a produção cultural oriunda dos africanos escravizados no Brasil e ainda presente nos seus descendentes têm uma efetividade na construção identitária dos sujeitos socialmente classificados como negros”. Além disso, as pesquisas evidenciaram a importância do respeito que a sociedade deve ter aos aspectos da cultura afro-brasileira. Serviram também para reafirmar o lugar de protagonismo dos negros na história do Brasil e todas as suas contribuições, embora muitas delas tenham sido invisibilizadas.

3.5 TCCs relacionados a racismo institucional, relações raciais e ações afirmativas

Nove trabalhos serão analisados neste bloco. Sete foram produzidos por egressas do curso de Pedagogia; e dois, por egressos do curso de Psicologia. Portanto, oito mulheres e um homem se dedicaram ao tema.

Tabela 7: TCCs relacionados a racismo institucional, relações raciais e ações afirmativas

Título	Ano	Autor(a)	Curso	Palavras-chave
1. As relações raciais na escola a partir da visão e experiências dos alunos da UNEB concluintes do curso de Pedagogia, em Salvador/BA	2009	Fabiana Souza Cruz de Almeida	Pedagogia	Representações Sociais, Relações Raciais, Escola
2. Relações étnico-raciais na educação infantil: estudo de caso sobre a construção da autoestima de crianças negras no CMEI Vovô Zezinho	2010	Veronice Francisca dos Santos	Pedagogia	Autoestima, Relações Raciais, Educação Infantil

3. Racismo Institucional: causas e efeitos na educação da Rede Pública	2010	Iracema Oliveira de Jesus	Pedagogia	Educação, Racismo Institucional, Escola Pública, Relações Raciais
4. Uma nova cultura universitária: a trajetória das ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia	2013	Evellin Silva Oliveira	Pedagogia	Ação Afirmativa, UNEB, Educação
5. Educação e relações raciais: as expectativas e possibilidades do acesso ao ensino superior das pessoas negras privadas de liberdade	2016	Helem dos Santos Moreira	Pedagogia	Educação em Presídio, Acesso à Educação Superior, Negro e Educação
6. A ocorrência de artigos em psicologia sobre a discussão racial após a implantação de cotas para negros e negras no ensino superior	2017	Ronald Santos de Santana	Psicologia	Relações Raciais, Ações Afirmativas, Psicologia, Produção Científica
7. O preconceito racial na educação infantil: um estudo em duas escolas de Lauro de Freitas	2017	Bartiria Pinheiro de Oliveira	Pedagogia	Preconceito Racial, Educação Infantil, Lauro de Freitas-BA
8. Ações afirmativas no ensino superior: as políticas de permanência e assistência estudantil na Universidade do Estado da Bahia	2018	Camila Sacramento de Jesus	Pedagogia	Desigualdades Sociorraciais, Movimento Negro, Ações Afirmativas, Políticas de Assistência Estudantil, Universidade do

(UNEB) – Campus I				Estado da Bahia
9. Racismo Institucional na saúde pública: significações da experiência do racismo por usuários adultos jovens autodeclarados negros	2018	Quésia Gomes dos Santos	Psicologia	Saúde Pública, Racismo Institucional, Sofrimento Psíquico, Adultos Jovens Negros

Fabiana Souza Cruz de Almeida fez o TCC com o seguinte tema: *As relações raciais na escola a partir da visão e experiências dos alunos da UNEB concluintes do curso de Pedagogia, em Salvador/BA*. O objetivo do trabalho foi verificar a influência das representações sociais na formação de futuros docentes. A estudante trouxe uma reflexão sobre relações raciais, falou sobre o papel da escola como agente de mudança e fez uma abordagem sobre a Lei 10.639/2003. A pesquisa foi qualitativa e Fabiana aplicou questionário para levantar os dados. Concluiu que ainda existe preconceito e discriminação no ambiente escolar, embora haja mudanças significativas na atitude da nova geração de docentes para que a violência racista seja extinta.

Relações étnico-raciais na educação infantil: estudo de caso sobre a construção da autoestima de crianças negras no CMEI Vovô Zezinho foi o tema do TCC da estudante Veronice Francisca dos Santos. Ela fez um estudo de caso no Centro Municipal de Educação Infantil Vovô Zezinho, que fica localizado em Salvador, no bairro do Arenoso, a fim de fazer uma reflexão sobre as relações étnico-raciais na educação infantil, bem como identificar formas de valorização da autoestima da criança negra numa educação com perspectiva antirracista. Como metodologia, Veronice fez entrevista com a diretora da unidade de ensino supracitada e aplicou questionários com 50% do corpo docente. Além disso, fez observações em campo. A escola está localizada numa área de antigo quilombo, por isso Veronice falou brevemente sobre quilombos contemporâneos, sobre falsa democracia racial, as contribuições da Lei 10.639/2003 na escola de educação infantil e educação antirracista. No final, constatou que a falta de preparação das auxiliares interfere negativamente na autoestima da criança negra, o que contribui para a evasão escolar e todos os problemas que advêm dessa situação.

Iracema Oliveira de Jesus produziu o TCC intitulado *Racismo Institucional: causas e efeitos na educação da Rede Pública*. O objetivo do trabalho foi investigar se havia racismo institucional nas

escolas públicas e discutir ações para minimizar tal violência. Na pesquisa, Iracema falou sobre o conceito de educação, raça e racismo, incluindo o científico. Além disso, fez uma ampla abordagem sobre racismo institucional, enfatizando o papel do Estado na resolução do problema na escola. Como metodologia, a estudante fez visitas de campo, observação direta e entrevistas. Contudo, no texto do trabalho, ela não diz em qual lugar fez a coleta de dados. Na conclusão, constatou que existe racismo institucional nas escolas públicas do estado da Bahia.

Uma nova cultura universitária: a trajetória das ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia foi o tema do TCC de Evellin Silva Oliveira. O trabalho teve como objetivo analisar a trajetória das ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no período de 2000 a 2011. Para isso, a estudante se baseou em documentos institucionais, depoimentos de dirigentes das instituições e dados quantitativos resultantes da pesquisa *Os Egressos do Sistema de Cotas*, desenvolvida pelo grupo de pesquisa FIRMINA (Pós-colonialidade: Educação, História, Cultura e Ações Afirmativas). Evellin fez um breve histórico sobre ações afirmativas e destacou a presença delas na UNEB, além de discorrer sobre o sistema de cotas. Na conclusão, constatou a importância da UNEB como modelo de instituição nacional na adoção e desenvolvimento de políticas de cotas.

Helem dos Santos Moreira é autora do TCC intitulado *Educação e relações raciais: as expectativas e possibilidades do acesso ao ensino superior das pessoas negras privadas de liberdade*. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, tinha como objetivo identificar as expectativas e possibilidades de acesso ao ensino superior da população negra privada de liberdade. A estudante escolheu duas instituições para fazer a investigação: o Conjunto Penal Feminino de Salvador e a Penitenciária Lemos de Brito. Helem discorreu sobre racismo, falando do negro e do imaginário brasileiro sobre marginalidade, e de educação como um direito de todos. Ainda citou os esforços do Ministério da Educação para garantir o direito à educação formal dessa população, destacando iniciativas como o Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM-PPL), Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Contudo, embora existam tais medidas, Helem concluiu que a possibilidade de acesso desse público ao ensino superior é pequena, uma vez que muita coisa depende do aval da Justiça, e, mesmo o Poder Judiciário autorizando a progressão da pena para regime semiaberto, a liberação para estudo não está atrelada a essa progressão.

A ocorrência de artigos em psicologia sobre a discussão racial após a implantação de cotas para negros e negras no ensino superior foi o tema do TCC defendido por Ronald Santos de Santana. O objetivo da pesquisa, de revisão bibliográfica, foi observar a ocorrência da produção científica no

curso de Psicologia de trabalhos com a temática do racismo e as implicações psicossociais na vida de negros e negras, durante as primeiras experiências de cotas raciais nas universidades públicas. Ronald levantou os dados consultando as bases do SciELO (Scientific Electronic Library Online) e da LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). O estudante considerou os artigos publicados cinco anos antes e cinco anos depois de 2002, quando houve as primeiras tentativas de implantação das ações afirmativas no ensino superior. No TCC, há uma discussão sobre impacto psicossocial da desigualdade racial e sobre o histórico da psicologia e relações raciais. Ronald encontrou 41 artigos (22 teóricos e 19 empíricos) que atendiam aos critérios estabelecidos na investigação dele. Houve um aumento considerável das produções científicas com a temática do racismo após o ano de 2002.

Bartiria Pinheiro de Oliveira abordou o seguinte tema no seu TCC: *O preconceito racial na educação infantil: um estudo em duas escolas de Lauro de Freitas*. O trabalho teve como objetivo discutir o preconceito racial na educação infantil, questionando professores sobre conceitos básicos referentes ao tema e sobre suas vivências e atitudes diante dele. A pesquisa foi realizada em duas escolas de Lauro de Freitas, município que fica localizado na região metropolitana de Salvador. A estudante optou em não revelar os nomes das instituições no trabalho. Como metodologia, estudo bibliográfico, observação no ambiente escolar, conversas informais com a equipe gestora e aplicação de questionários para os professores. Bartiria falou sobre preconceito, racismo e discriminação. Na conclusão, constatou que eram poucas as ações para combater o preconceito nas duas instituições estudadas. Quando aconteciam, era de forma muito pontual, como em datas específicas. Ainda nas considerações finais, sugeriu que o combate ao preconceito deve ser feito por toda a comunidade escolar.

Camila Sacramento de Jesus falou sobre *Ações afirmativas no ensino superior: as políticas de permanência e assistência estudantil na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus I* no seu TCC. O trabalho teve como objetivo apresentar um estudo reflexivo e analítico acerca das ações afirmativas de permanência para estudantes cotistas do Campus I da Universidade do Estado da Bahia. Camila fez uma abordagem sobre educação e racismo, destacando as ações do Movimento Negro e a luta pelo acesso da população negra ao ensino superior. Além disso, discorreu sobre os programas de assistência estudantil e as políticas de ações afirmativas. A pesquisa foi qualitativa, em que Camila ouviu relatos de estudantes sobre a problemática. Na conclusão, constatou que as políticas não atendem aos estudantes de forma significativa, uma vez que o número de bolsas não é suficiente para a demanda, além do processo ser muito burocrático.

Racismo Institucional na saúde pública: significações da experiência do racismo por usuários adultos jovens autodeclarados negros foi o tema do TCC de Quésia Gomes dos Santos. O trabalho teve como objetivo compreender a significação do racismo institucional, no contexto da saúde pública, a partir de experiências relatadas por adultos jovens que se autodeclaravam negros. A pesquisa teve abordagem qualitativa, em que Quésia utilizou um roteiro de entrevista semiestruturada para coletar os dados. Cinco mulheres negras foram entrevistadas. A estudante trabalhou com revisão de literatura, fez um breve histórico sobre saúde pública e falou detidamente de racismo institucional. Na conclusão, constatou que as entrevistadas não percebiam quando estavam sofrendo racismo institucional, exceto quando era algo mais explícito.

Os trabalhos deste bloco mostram como o racismo institucional continua fazendo parte da nossa sociedade e como é trabalhoso lutar para que ele seja extinto. Alguns TCCs abordaram a educação para as relações raciais como oportunidade de crescimento pessoal e como construção da autoestima. Houve pesquisas que falaram, especificamente, de ações afirmativas, temática sempre presente nos debates acerca dos direitos da população negra. Os temas não são estanques, porque sempre há pontos em comum entre eles. É impossível falar de ações afirmativas sem tocar nas relações raciais e em racismo institucional. Como as duas outras temáticas já foram bastantes discutidas nesta pesquisa, o foco da discussão sobre este bloco vai se concentrar no racismo institucional. Em 2013, o Geledés - Instituto da Mulher Negra publicou o Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional. Nas páginas 11 e 12, lê-se o seguinte:

O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”.

[...]

Mais recentemente, Jurema Werneck definiu o racismo institucional como “um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último⁷”. Seu impacto na vida da população negra no Brasil pode ser percebido tanto na sua relação direta com os serviços e as instituições que deveriam garantir seus direitos fundamentais, quanto no cotidiano de suas vidas.

A ausência reiterada do Estado, em alguns casos, e a baixa qualidade dos serviços e dos atendimentos prestados pelas instituições à população negra em geral, são sinais explícitos do racismo institucional a partir do qual essas instituições operam historicamente.

O racismo institucional está impregnado na sociedade e se manifesta numa violência que, muitas vezes, faz a sua vítima não perceber ou paralisar diante da situação. Os trabalhos relacionados aqui, que tratam dessa temática, acusaram isso. Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante levantar o debate sobre o assunto e propor soluções. O conhecimento é o melhor instrumento político para acabar com o problema.

3.6 TCCs relacionados à leitura e literatura

Cinco trabalhos serão analisados neste bloco e todos foram produzidos por egressas do curso de Pedagogia.

Tabela 8: TCCs relacionados à leitura e literatura

Título	Ano	Autora	Curso	Palavras-chave
1. Compendo linguagens e valores para a educação através dos contos indígenas e africano-brasileiros	2010	Daniela Santana Cidreira dos Santos	Pedagogia	Comunalidade, Educação Pluricultural, Contos Indígenas e Africano-Brasileiros
2. Compendo narrativas criativas através dos contos da tradição africano-brasileira	2015	Cremilda Sacramento de Jesus	Pedagogia	Contos Africano-Brasileiros, Comunalidades, Educação Infantil
3. O ensino de História nos livros didáticos: o retrato do negro e do índio	2015	Daiana Regina Azevedo da Silva	Pedagogia	Livro Didático, Ensino de História, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Currículo
4. A cultura afro-brasileira nos livros didáticos de	2015	Jilmara Balbina dos Santos	Pedagogia	Cultura Afro-Brasileira, Racismo, Personagens

História das séries iniciais do ensino fundamental I

Negros, Livro Didático

5. A leitura de livros literários com temáticas afro-brasileiras em escolas públicas no bairro de Pernambués e São Gonçalo, Salvador/BA

2016

Priscila Barboza Rosa

Pedagogia

Literatura Infanto-Juvenil Afro-Brasileira, Seleção de Livros, Construção de Identidade

Compondo linguagens e valores para a educação através dos contos indígenas e africano-brasileiros foi o tema do TCC de Daniela Santana Cidreira dos Santos. O objetivo do trabalho foi conhecer os aspectos históricos, sociais e culturais das comunalidades presentes no bairro de Itapuã, que fica em Salvador, a fim de constituir linguagens pedagógicas embasadas nos contos indígenas e afro-brasileiros, reafirmando os valores dessas civilizações, que caracterizam o bairro. A pesquisa etnográfica de natureza qualitativa foi desenvolvida na Associação Crianças Raízes do Abaeté (ACRA). Como metodologia, Daniela consultou documentos, leu autores que dialogavam com a temática e foi a campo fazer o levantamento dos dados. No TCC, há uma discussão sobre educação pluricultural e uma análise do universo simbólico dos contos. O resultado a que chegou é de que há muita riqueza da herança civilizatória aborígine e africana nos contos e que isso contribui para a valorização da identidade e da autoestima das crianças.

Cremilda Sacramento de Jesus é autora do TCC *Compondo narrativas criativas através dos contos da tradição africano-brasileira*. Objetivo do trabalho foi demonstrar como o currículo da educação infantil pode ser estruturado através das linguagens e valores presentes nas narrativas criativas de contos afro-brasileiros. A pesquisa qualitativa foi feita na Escola Municipal Governador Mário Covas, localizada no bairro de Itinga, em Lauro de Freitas. A estudante utilizou os contos *O Presente de Xangô para Boa Menina*, de Omo Bibi Mestre Didi; e *Epê Laiyê (Terra Viva)*, de Maria Stella de Azevedo para realizar a pesquisa. Cremilda falou sobre as narrativas dos contos e destacou a importância de Mãe Stella de Oxóssi e Mestre Didi para a educação brasileira. No final, concluiu que é, sim, possível construir narrativas criativas com a literatura em questão.

O ensino de História nos livros didáticos: o retrato do negro e do índio foi o tema do TCC de Daiana Regina Azevedo da Silva. O trabalho buscava responder o seguinte questionamento: os

livros didáticos de História do 4º ano propiciam a construção de uma identidade crítica no educando? Daiana fez um estudo comparativo entre livros adotados pelas secretarias da educação dos municípios de Dias D'Ávila e Camaçari. A estudante fez um apanhado sobre o ensino de História, discutindo os referenciais teóricos e metodológicos da prática. A preocupação com o que diz a legislação acerca do tema e a análise dos Parâmetros Curriculares de História também fizeram parte da pesquisa. Além disso, uma discussão sobre a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar, análise do livro didático como recurso pedagógico e abordagem sobre o surgimento do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Na conclusão, Daiana constatou que o uso do livro didático precisa ser revisto, uma vez que é moldado por imposição de sistemas e avaliações externas. As práticas pedagógicas dos docentes também precisam de revisão, porque se restringem à repetição do conteúdo presente no livro didático. Dessa forma, o currículo não contribui para o aprendizado nem para a construção da identidade dos educandos.

Jilmara Balbina dos Santos produziu o TCC com o seguinte tema: *A cultura afro-brasileira nos livros didáticos de História das séries iniciais do ensino fundamental I*. A análise foi feita nos livros das coleções *Projeto Buriti* (do 2º e 4º anos) e *História nas Trilhas da Bahia* (4º e 5º anos), ambos foram selecionados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O objetivo do trabalho foi analisar como os livros de História das séries iniciais do Ensino Fundamental I apresentavam os conteúdos voltados para a História e Cultura Afro-Brasileira, temática que se tornou obrigatória com a determinação da Lei 10.639/2003. Como metodologia, foi utilizada a abordagem qualitativa, a análise documental e a análise de conteúdo. Jilmara fez um breve histórico sobre a história e cultura afro-brasileira, destacando as características do continente africano e abordando as ocorrências do período em que o Brasil era colônia de Portugal, e falou detidamente sobre o negro e educação. Ao finalizar a investigação, chegou a conclusão de que os livros analisados tratam da temática da história e cultura afro-brasileira de acordo com o que é preconizado na Lei 10.639/2003.

A leitura de livros literários com temáticas afro-brasileiras em escolas públicas no bairro de Pernambués e São Gonçalo, Salvador/BA foi o tema do TCC de Priscila Barboza Rosa. O objetivo do trabalho foi estudar a importância da literatura infantojuvenil afro-brasileira como ferramenta de construção da identidade da criança negra, além de descrever e analisar os processos de seleção e recepção de livros de literatura que abordam a temática em duas escolas da rede municipal de Salvador, localizadas em bairros em que há predominância da população negra: Pernambués e São

Gonçalo do Retiro. A pesquisa foi bibliográfica e de campo. A entrevista semiestruturada com duas professoras (no trabalho, não fica evidente de qual escola foi), uma oficina de contação de história afro-brasileira com 57 estudantes, a observação nas escolas e aplicação de questionário foram os recursos metodológicos utilizados. Priscila fez uma grande abordagem sobre literatura infantojuvenil e relações étnico-raciais. Além disso, discorreu sobre como é a inserção da literatura infantil num bairro com grande contingente de negros, na cidade que carrega o título de ser a mais negra fora do continente africano. Na conclusão, constatou que o uso da literatura afro-brasileira nas escolas contribuiu para o fortalecimento da identidade das crianças negras.

Os TCCs deste bloco, em geral, enfatizam a importância de ler a literatura que versa sobre os negros e que são feitas por negros para melhor entender a história da diáspora africana no Brasil e contribuir para a valorização da cultura afro-brasileira. Todos os trabalhos destacaram isso, que é uma bandeira defendida também pelo Movimento Negro Unificado. Ou seja, ninguém melhor que os próprios negros para contar as suas histórias. Alguns TCCs falaram sobre a importância de fazer esse estudo na educação infantil, para que a criança seja formada sabendo que seus antepassados eram reis e rainhas que foram violentados num sistema escravocrata. Dessa forma, a leitura de Monteiro Lobato, que é passada sem criticidade e reforçando estereótipos, deixa de fazer parte do imaginário da criança à medida que ela vai avançando na trajetória escolar. Reforçando o que os autores dos TCCs analisados neste bloco trouxeram em suas conclusões, Brandão (2016, p.4) arremata:

[...] a escola tem um papel crucial no processo de formação da identidade da criança negra, tendo como obrigação comprometer-se com a diversidade e munir-se de estratégias para minar as discriminações presentes no ambiente escolar. Por isso, é fundamental que os saberes construídos no ambiente escolar, esse espaço significativo para a educação cidadã, forneçam um suporte pedagógico humanizado que incorpore condições para o desenvolvimento de atitudes de respeito e valorização da diversidade.

Portanto, que a educação é o caminho para transformar a realidade, isso já é sabido. O que precisa ser feito é a implementação dos discursos e dos instrumentos que já estão fazendo a diferença na nossa sociedade, como as ações afirmativas, destacando o advento da Lei 10.639/2003.

3.7 TCCs relacionados a linguagens criativas através do legado africano-brasileiro, quilombo educacional, expectativas de estudantes em relação à universidade, práticas pedagógicas e genocídio da população negra

Cinco trabalhos serão analisados neste bloco. Quatro foram produzidos por egressos do curso de Pedagogia (três, por mulheres; e um, por homem); e um, por uma egressa de Psicologia. Os TCCs reunidos neste bloco não seguiram o critério de afinidade temática. Por não se encaixarem nos outros blocos, foram colocados aqui.

Tabela 9: TCCs relacionados a linguagens criativas através do legado africano-brasileiro, quilombo educacional, expectativas de estudantes em relação à universidade, práticas pedagógicas e genocídio da população negra

Título	Ano	Autor(a)	Curso	Palavras-chave
1. Cala boca, menino/a!: propondo linguagens criativas através do legado africano-brasileiro	2011	Naiára dos Santos Bittencourt	Pedagogia	Comunalidades Africano-Brasileiras, Ideologia do Racismo, Educação
2. Quilombos educacionais: Projeto OGUNTEC - uma ação educativa do Instituto Cultural Steve Biko	2013	Rucivane de Jesus dos Santos	Pedagogia	Projeto OGUNTEC, Juventude Negra, Luta e Resistência, Educação Não Formal, Inclusão na Universidade
3. A expectativa de estudantes negros do ensino médio em relação ao acesso à universidade: o caso do Colégio Estadual Duque de Caxias-Salvador-BA	2014	Dalva Quele Silva de Sousa	Pedagogia	Educação, Estudantes, Desigualdades, Expectativas, Cotas
4. Afrodescendência e práticas pedagógicas afetivas	2016	Emanuel Santana Sampaio Silva Filho	Pedagogia	Afrodescendência, Práticas Pedagógicas, Afetividade, Racismo
5. O genocídio da população negra: a	2017	Maria de Fátima Conceição dos Santos	Psicologia	Genocídio da População Negra, Racismo

**abordagem da
psicologia**Institucional,
Homens Negros,
Psicologia

Naiára dos Santos Bittencourt abordou o seguinte tema na sua monografia: *Cala boca, menino/a!: propondo linguagens criativas através do legado africano-brasileiro*. A pesquisa, qualitativa e de abordagem etnográfica, teve como objetivo abrir um debate sobre a imposição do recalque na escola, que silencia crianças e jovens oriundos de comunalidades afro-brasileiras. Para coletar os dados, Naiára pesquisou referências bibliográficas, acervos iconográficos, realizou oficinas e fez observações e entrevistas semiestruturadas. Duas instituições soteropolitanas foram escolhidas como locais para a realização do estudo: a Associação Crianças Raízes do Abaeté, em Itapuã; e o Instituto Cultural Steve Biko, no Centro Histórico. No final, concluiu que a herança civilizatória africana é rica, que transcende o mundo capitalista, urbano e industrial. Além disso, transborda alegria e criatividade.

Quilombos educacionais: Projeto OGUNTEC - uma ação educativa do Instituto Cultural Steve Biko foi o tema do TCC de Rucivane de Jesus dos Santos. O trabalho teve como objetivo analisar as ações educativas do OGUNTEC (junção das palavras “Ogum” e “Tecnologia”) a fim de verificar os impactos na vida dos estudantes, predominantemente jovens negros. O projeto trabalha com educação antirracista, com o intuito de inserir os educandos nas universidades públicas. Na pesquisa, de abordagem qualitativa, Rucivane adquiriu os dados através de observação, questionário e entrevista. Ela faz um apanhado sobre a história de lutas e conquistas da educação para os negros no Brasil, aborda a importância do Instituto Cultural Steve Biko e discute sobre educação não formal. No final, conclui que os jovens que passam pelo Steve Biko adquirem uma consciência racial consolidada e que, por isso, devem ser multiplicadores nos ambientes sociais em que frequentam.

Dalva Quele Silva de Sousa falou sobre *A expectativa de estudantes negros do ensino médio em relação ao acesso à universidade: o caso do Colégio Estadual Duque de Caxias – Salvador-BA* no seu Trabalho de Conclusão de Curso. O objetivo foi investigar as expectativas de estudantes negros em relação ao ingresso na universidade e se as condições sociorraciais interferiam nessas expectativas. A pesquisa foi, predominantemente, de cunho qualitativo e realizada com 65 estudantes, da 3ª série do ensino médio, do Colégio Estadual Duque de Caxias, localizado em Salvador. Para coletar os dados, Dalva utilizou questionários e fez entrevistas. Para embasar o trabalho, a estudante debateu sobre as relações raciais e as desigualdades no Brasil, destacando

como essas desigualdades prejudicam o processo educativo. Falou ainda sobre a relação entre o negro e a educação e da problemática do acesso dos negros à educação superior. Concluiu que a maioria dos estudantes quer ingressar no ensino superior, mas que questões socioeconômicas dificultam esse processo. O resultado da pesquisa mostrou também que deve haver mais investimento na formação dos professores, para que eles saibam explicar aos estudantes o que significa fazer um curso universitário num país como o Brasil e o que é e para quê serve a política de cotas.

Emanoel Santana Sampaio Silva Filho discutiu o seguinte tema no seu TCC: *Afrodescendência e práticas pedagógicas afetivas*. O objetivo do trabalho foi investigar a relação professor/aluno a fim de perceber os impactos na afetividade discursiva e nas práticas preconceituosas/discriminatórias como forma de submissão e fracasso na educação infantil. Emanoel fez uma pesquisa bibliográfica e, para coletar os dados, usou questionários e fez observação. Ele não explicita o local da observação em seu TCC. O estudante discutiu afetividade na ótica de teóricos como Bourdieu, Freud, Marcuse, Reich e Spinoza, e prática pedagógica antidiscriminatória pelo olhar de Wallon. Ao falar de afrodescendência, trouxe os marcos regulatórios da educação afroidentitária, debateu afetividade afrodescendente e trouxe os estudos de Frantz Fanon para dissertar sobre superação do racismo. Nas considerações finais, concluiu que o racismo está presente nas relações interpessoais e nos discursos institucionalizados.

O genocídio da população negra: a abordagem da psicologia foi o tema do TCC de Maria de Fátima Conceição dos Santos. O objetivo do trabalho foi discutir a importância da abordagem psicológica sobre o racismo e sobre o genocídio da população negra, destacando as ações dos conselhos de Psicologia, do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). A pesquisa teve abordagem qualitativa, com revisão de literatura e conversa com os profissionais que atuavam nas instituições. Maria fez um histórico sobre a relação da psicologia com o racismo, no Brasil, e as implicações sociais que advêm disso. Como resultado, constatou que a ciência da psicologia e os próprios profissionais da área ainda estão distantes do debate étnico-racial negro.

O último bloco traz trabalhos com temas variados e que, de certa forma, já foram tangenciados nas outras análises. Por escolha metodológica (e ideológica), a análise desta seção vai se concentrar no debate sobre quilombos educacionais e genocídio da população negra, por serem temáticas

relevantes e que precisam ser colocadas em evidência sempre que houver oportunidade. E porque os outros temas já foram mais analisados.

Os quilombos educacionais são espaços de formação, com foco nos processos de ensino e de aprendizagem, liderados por pessoas negras. As iniciativas organizadas em Salvador, que nasceram com esse propósito, têm ganhado destaque social e são motivos de interesse de pesquisadores acadêmicos. Oliveira e Ferreira (2011, p.5) caracterizam esses quilombos:

Se auto-intitulam [sic] quilombos educacionais os cursos pré-vestibulares populares de Salvador, voltados para um público carente e/ou afrodescendente (geralmente habitante de bairros periféricos). Estes quilombos atuam como instituições socioeducativas, cujo objetivo é, a partir de uma proposta de valorização da cultura africana e afro-brasileira, promover nos estudantes o desejo de busca por sua inclusão e reconhecimento de sua identidade no âmbito universitário e na sociedade como um todo, reafirmando a proposta de resistência e produção culturais dos quilombos de outrora, em uma ligação constante entre passado e presente

Em 2001, foi criada uma rede para organizar os quilombos educacionais de Salvador. A gestão era de competência do Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia (Foquiaba) e reunia oito instituições: Quilombo do Orubu (Cajazeiras), Instituto Cultural Steve Biko (Pelourinho), Quilombo Cabricultura (Cabrito de Baixo), Quilombo Irmã Santa Bakhita (Sussuarana), Quilombo Semear (São Gonçalo do Retiro), Quilombo Milton Santos (IAPI), Coequilombo (Plataforma) e Instituto Quilombo Ilha (Ilha de Vera Cruz). O objetivo dos quilombos educacionais é reunir negros e negras para que todos se ajudem mutuamente. Além disso, esses quilombos são reconhecidos por investir na educação afirmativa, aquela que cria possibilidades de crescimento para todas as pessoas, sem discriminação nem preconceito.

Em 1978, em sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*, Abdias do Nascimento já apontava os caminhos do racismo no Brasil. Nada muito diferente do que acontece atualmente. O racismo persiste e o povo negro resiste. O autor destacou as reais condições dos negros após a Abolição da Escravatura, debateu sobre o mito da democracia racial e foi enfático ao falar do genocídio:

Ao longo da época da escravidão 1530-1888, o Brasil realizou uma política de liquidação sistemática do Africano. Desde a abolição legal da escravidão em 1888 até o presente, este regime foi continuado por meio de vários mecanismos bem definidos de opressão e de extermínio, deixando a supremacia branca sem ameaças no Brasil (NASCIMENTO, 1978, p.59).

A observação de Abdias do Nascimento valida que o genocídio da população negra, no Brasil, é um projeto do país para esse povo. A violência aconteceu na escravidão e depois dela. Por isso, é importante debater o assunto, se apropriar das informações e continuar no “campo de batalha”. Pelas discussões propostas, percebeu-se que a luta da população negra por respeito, reconhecimento e justiça social atravessou a história.

3.8 Resultados

O Departamento de Educação da UNEB de Salvador oferta os cursos de Pedagogia (licenciatura plena e com ênfase em Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Educação Infantil e em Gestão Escolar), Psicologia, Filosofia e Ciências Sociais. O de Pedagogia foi o que mais concentrou trabalhos com o tema investigado aqui: 69. Os outros quatro são de egressos do curso de Psicologia.

Não foram encontrados trabalhos dos cursos de Filosofia e de Ciências Sociais sobre a temática racial negra. No caso de Filosofia, pode haver uma explicação: o curso foi ofertado, pela primeira vez, em 2014. Portanto, considerando o período de integralização, que é de 4 anos, a primeira turma estava se formando justamente no ano de 2018. Além disso, em 2015, houve uma greve⁸ das universidades estaduais que durou quase três meses. Certamente, esses fatores contribuíram para a ausência de trabalhos dos estudantes. No site da UNEB, ao falar sobre o curso, é possível ler os seguintes detalhes:

Ofertado pela primeira vez em 2014, o Curso de Licenciatura Plena em Filosofia do Campus I da UNEB, em Salvador, funciona no Departamento de Educação (DEDC) com oferta anual de 40 vagas, mediante seleção pelo Exame Vestibular e SISU. O curso possui carga horária total de 2.810 horas que está organizada por eixos de Formação que tem como finalidade proporcionar o acesso à formação teórica e prática de modo equitativo.

O objetivo principal da graduação em filosofia da UNEB é formar docentes com um perfil fundado num modelo de autonomia que se consolida pela fusão entre a prática da pesquisa (produção de conhecimento), o aprimoramento didático-metodológico e o engajamento político.

O curso de Filosofia da UNEB nasce em um cenário promissor, a medida que a

8

A greve foi deflagrada em 13 de maio de 2015 e durou 86 dias. Nesta notícia, publicada pelo site G1 Bahia, há mais informações a respeito da suspensão das aulas: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/08/apos-86-dias-chega-ao-fim-greve-nas-universidades-estaduais-da-bahia.html>. Acesso em: 8 jun. 2020.

referida área do conhecimento, ainda que de modo descontínuo, passa a ocupar um locus próprio na Cultura brasileira.

Duração do curso: 8 (oito) semestres

Turno: Noturno.

Já a razão da ausência de trabalhos do curso de Ciências Sociais é desconhecida. No site da UNEB, não consta a data em que o curso foi criado:

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura ou Bacharelado do Departamento de Educação do Campus I da UNEB atende aos dispositivos da legislação do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, através da Resolução CNE/CES 17, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

O curso busca formar profissionais capazes de analisar a realidade social e cultural nas dimensões referidas, mas também compreender que as citadas categorias deverão estar sempre atualizadas com os acontecimentos e mudanças em curso no mundo contemporâneo, em seus múltiplos aspectos, o que possibilitará uma atuação competente dos profissionais formados.

O curso terá uma formação teórica sólida e diversificada, entendida como suporte para a pesquisa e análise dos fenômenos sociais, a partir de uma postura crítica e reflexiva. Neste sentido, o curso oferecerá pluralidade de abordagens e metodologias para pensar o novo e o complexo que marcam o momento presente.

Duração do curso: 8 (oito) semestres

Turno: Matutino.

A partir dos dados extraídos, constou-se que em 2010 foi quando houve uma concentração maior de trabalhos que tratavam da temática étnico-racial negra. Na tabela a seguir, vê-se a distribuição.

Tabela 10: Distribuição de TCCs por ano de apresentação

Ano de apresentação	Quantidade
2008	5
2009	6
2010	12
2011	5
2012	5
2013	8
2014	8
2015	7
2016	8

2017	4
2018	5

Não houve aumento gradativo das temáticas abordadas nas pesquisas ao longo dos anos. Quando os dados dos blocos temáticos são analisados, conclui-se que as mulheres tenderam a pesquisar mais temáticas voltadas para a diversidade étnico-racial negra do que os homens. A tabela abaixo traz informações mais detalhadas. É importante registrar que a divisão entre homens e mulheres nesta pesquisa está baseada nos nomes sociais colocados pelos autores nos TCCs.

Tabela 11: Interesse na temática racial negra por sexo biológico

Sexo	Quantidade
Mulher	65
Homem	8

No que diz respeito às temáticas investigadas pelos estudantes em seus TCCs, houve predominância de trabalhos relacionados à Lei 10.639/2003. Em seguida, pesquisas sobre identidade, racismo/relações raciais/ações afirmativas, pluralidade cultural, religiosidade, leitura/literatura, linguagens criativas/quilombos educacionais/genocídio da população negra. Nas tabelas que seguem, as informações estão organizadas.

Tabela 12: Trabalhos sobre as Leis

Lei	Homem	Mulher	Curso
10.639/2003	2	18	Pedagogia
11.645/2008	-	2	

Dos 22 trabalhos relacionados às Leis, todos foram produzidos por egressos do curso de Pedagogia. 20, por mulheres; e os outros dois, por homens. Nenhum homem pesquisou sobre a Lei 11.645/2008.

Tabela 13: Trabalhos sobre identidade

Curso	Quantidade
Pedagogia	16
Psicologia	1

Divisão entre homens e mulheres que discutiram a temática

Sexo	Quantidade
Mulher	16
Homem	1

Tabela 14: Trabalhos sobre religiosidade

Curso	Quantidade
Pedagogia	7

Divisão entre homens e mulheres que discutiram a temática

Sexo	Quantidade
Mulher	6
Homem	1

Nenhum estudante de Psicologia se interessou em pesquisar a religiosidade ligada à diversidade étnico-racial negra entre 2008 e 2018.

Tabela 15: Trabalhos sobre pluralidade cultural

Curso	Quantidade
Pedagogia	8

Divisão entre homens e mulheres que discutiram a temática

Sexo	Quantidade
Mulher	6
Homem	2

Nenhum estudante de Psicologia se interessou em pesquisar a pluralidade cultural ligada à diversidade étnico-racial negra entre 2008 e 2018.

Tabela 16: Trabalhos sobre racismo/relações raciais/ações afirmativas

Curso	Quantidade
Pedagogia	7
Psicologia	2

Divisão entre homens e mulheres que discutiram a temática

Sexo	Quantidade
Mulher	8

Homem	1
-------	---

Tabela 17: Trabalhos sobre leitura/literatura

Curso	Quantidade
Pedagogia	5

Divisão entre homens e mulheres que discutiram a temática

Sexo	Quantidade
Mulher	5
Homem	-

Apenas mulheres, egressas do curso de Pedagogia, pesquisaram temáticas ligadas à leitura e literatura étnico-racial negra.

Tabela 18: Trabalhos sobre linguagens criativas/quilombos educacionais/genocídio da população negra

Curso	Quantidade
Pedagogia	4
Psicologia	1

Divisão entre homens e mulheres que discutiram a temática

Sexo	Quantidade
Mulher	4
Homem	1

Os resultados revelaram que o interesse dos estudantes de graduação pela temática racial negra é uma tônica do Departamento de Educação do campus I da Universidade do Estado da Bahia. Os discentes abordaram temas que são importantes para a dinâmica social e que contribuem para pensar estratégias de melhoria para toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procurou-se evidenciar os Trabalhos de Conclusão de Curso que discutiam a temática racial negra, produzidos no Departamento de Educação do Campus I da UNEB, no período de 2008 a 2018. Vários questionamentos serviram de guia para a investigação proposta: quais temáticas são mais recorrentes nas pesquisas feitas pelos estudantes? Quais enfoques apresentam? Em que curso de graduação do DEDC I é mais frequente o interesse em pesquisar sobre relações raciais? Para responder, o caminho foi partir para um levantamento baseado no estado da arte e na análise de conteúdo. Tornando, assim, a pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. 73 TCCs atenderam aos critérios estabelecidos. Os trabalhos foram divididos em blocos temáticos e discutidos, levando em consideração o objetivo, a metodologia e a forma de abordagem de cada tema.

Considerando as regiões Norte e Nordeste, a UNEB foi a primeira instituição de educação superior (a segunda no Brasil, depois da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) a implantar o sistema de cotas para estudantes afrodescendentes, oriundos do ensino médio numa escola pública. Em 2003, a política foi adotada e 40% das vagas foram reservadas. Em 2008, o sistema foi ampliado, abrangendo as populações indígenas, com 5% das vagas destinadas. Isso, obviamente, se reflete na sua produção científica. Os TCCs analisados apontam questões relevantes, que necessitam de reflexão frequente, a fim de transformar a sociedade e torná-la menos desigual.

Os trabalhos sobre a Lei 10.639/2003 foram os mais recorrentes nas temáticas escolhidas pelos então graduandos. Ao todo, foram vinte. Isso mostra a relevância da Lei e a preocupação de futuros profissionais de Pedagogia em estimular que os preceitos da norma sejam, de fato, levados para a prática pedagógica dos professores. Contudo, e é importante sempre ressaltar, o advento da Lei é fruto de lutas coletivas, cheias de pressupostos. Na sua tese de doutorado, defendida em 2019, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Sá (2019, p. 77) fala disso com mais propriedade, ao afirmar que:

[...] o movimento negro não permaneceu inerte aos efeitos da colonização do contexto educacional tantos dos negros quanto dos brancos, e que a lei 10.639/2003 emerge de uma soma crescente de lutas. Desde as importantes ações discursivas empreendidas pela Imprensa Negra até as ações práticas informais que ganham forma através das escolas e dos materiais produzidos pela militância negra, observa-se uma rede de iniciativas que vai sempre ao encontro da descolonização do sistema educacional.

A Lei chega num momento importante, de um esforço de reparação histórica, mas é resultado de ações do passado, e isso precisa ser evidenciado.

A discussão sobre identidade negra também foi bastante frequente nos TCCs analisados nesta pesquisa. Dezesete trabalhos se debruçaram sobre a questão. A maioria deles abordava a construção identitária das crianças negras. Evidenciando, assim, a preocupação dos estudantes em pensar numa reparação que seja discutida na origem do problema, para formar gerações mais conscientes e respeitadas em relação à diversidade.

Os TCCs, em geral, mostraram a potencialidade dos estudantes de Pedagogia e de Psicologia, que fizeram debates bastante críticos acerca dos temas que abordaram nas pesquisas. A documentação feita nesta dissertação torna-se relevante porque, além de valorizar os trabalhos, mostra os assuntos que são mais urgentes na discussão da temática racial negra.

Contudo, é preciso chamar a atenção para um fato: a forma como as instituições de ensino superior cuidam da sua memória, no sentido de acervo, dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Durante a pesquisa, houve dificuldades de encontrar os TCCs, sendo que alguns não foram encontrados. Isso aconteceu porque os acervos da UNEB, tanto os físicos quanto os digitais, não estão organizados de maneira que possibilite o acesso aos trabalhos de forma eficaz. No site, muitos TCCs não estão disponibilizados; na biblioteca, estão desorganizados. A visita aos departamentos do Campus I também constatou as lacunas nesse sentido. Inclusive, alguns trabalhos que estavam disponíveis no meio digital, ao longo da pesquisa, sumiram dos acervos digitais. A universidade precisa cuidar melhor dessa memória, bem como da divulgação dela, para que o conhecimento científico, no que diz respeito aos TCCs de graduação, não seja descartado em qualquer lugar, de forma aleatória. A sociedade precisa saber que esses trabalhos existem. Na UNEB, esse aspecto merece mais atenção.

O senador Flávio Arns (Rede-PR) propôs à Comissão de Educação (CE) um projeto de lei (PL)⁹ que determina a publicidade dos Trabalhos de Conclusão de Curso. O PL 6.473/2019, que está em tramitação, exige que os TCCs sejam, de fato, publicados nos repositórios das instituições de educação superior. Diferentemente do que se pensa, essa publicação ainda não é obrigatória, como

9

O texto do Projeto de Lei pode ser lido neste link: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8056592&ts=1582220982067&disposition=inline>. Acesso em: 8 jun. 2020.

acontece com as dissertações e teses. Uma pesquisa de opinião¹⁰ feita pelo Instituto DataSenado, entre 4 de fevereiro e 4 de março de 2020, mostrou que os internautas concordam com a proposta do senador: 61% apoiam a obrigatoriedade de publicação dos TCCs.

Nesse sentido, as instituições de educação superior devem atentar para essa questão. No Campus I da Universidade do Estado da Bahia, onde essa pesquisa foi realizada, não há uma política eficiente de acervo e de publicidade dos TCCs. Na Sala do TCC, do DEDC I, já se percebe um esforço para tal, mas, ainda assim, de forma tímida e não correspondendo aos rigores de organização de uma universidade.

10

O resultado da pesquisa pode ser conferido na íntegra neste link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/17/internautas-apoiam-projeto-que-obriga-publicacao-de-tcc>. Acesso em: 8 jun. 2020.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo II: a experiência vivida**. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. Tradução de Sérgio Milliet. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BERND, Zilá. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).

BRANDÃO, Isaura de França. Importância da literatura afro-brasileira para a valorização da cultura negra. In: **VI ENCONTRO NACIONAL DE LITERATURA INFANTOJUVENIL E ENSINO: Literatura e outras artes: reflexões, interfaces e diálogos com o ensino**, 2016, Paraíba. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlije/trabalhos/TRABALHO_EV063_MD1_SA7_ID3_05_25072016212548.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.934, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Presidência da República - Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Presidência da República - Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 8 jun. 2020.

CIÊNCIAS SOCIAIS. Sobre o curso....Disponível em: <<https://portal.uneb.br/salvador/cursos/ciencias-sociais/>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

DOCUMENTO FINAL. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n.1, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2137/2707>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

FILOSOFIA. Sobre o curso....Disponível em: <<https://portal.uneb.br/salvador/cursos/filosofia/>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2006.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional**. 2013, 37 p. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

GOMES, Nilma Lina. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, Jan/Abr 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971/11602>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

_____. Cultura negra e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago 2003, n.º 23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

GONINI, Fátima Aparecida Coelho. **A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED**: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica. 2014. 233 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115930>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010. Cap. 2, Parte II, p. 123-142. (Coleção Fazer Jornalismo).

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; KADLUBITSKI, Lídia. Diversidade: uma política para a educação. In: **Colégio SESI**: práticas pedagógicas sobre a diversidade étnico-racial. Curitiba: SESI/PR, 2014. Disponível em: <<https://ipfer.com.br/wp-content/uploads/2018/01/LIVRO-PRATICAS-DA-DIVERSIDADE-ETNICA.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

KRAUSS, Juliana Souza; ROSA, Júlio César da. A importância da temática de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas. **Antíteses**, Paraná, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/4572/7050>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete Linhares. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a09.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MATTOS, Wilson Roberto de. 2003 – o ano do começo: características e aspectos iniciais da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). In: **Plurais**: revista multidisciplinar da UNEB, Salvador, v.1, n.1, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://portal.uneb.br/proaf/wp-content/uploads/sites/65/2019/04/CARACTER%C3%8DSTICAS-E-ASPECTOS-INICIAIS-DA-IMPLANTA%C3%87%C3%83O-DO-SISTEMA-DE-COTAS-PARA-NEGROS-NA-UNIVERSIDADE-DO-ESTADO-DA-BAHIA-Wilson-Mattos_2003.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Perguntas frequentes sobre educação superior**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/perguntasfrequentess>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Coord.: Marise Nogueira Ramos, Jorge Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade_universidade.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

_____. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, vol.18 n.º 50, São Paulo, Jan./Apr. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Disponível em: <<https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/o-genocidio-do-negro-brasileiro-processo-de-um-racismo-mascarado-abdias-do-nascimento.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Cap. 1, p. 9-23.

OLIVEIRA, Gleiciele da Silva; FERREIRA, Shagaly Damiana Araujo. Quilombos contemporâneos: diálogos entre passado e presente em uma perspectiva educacional de resistência. In: **V COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”**, 2011, Sergipe. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10511/30/193.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del-Rei, Julho/Dezembro/2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/11.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. Brasília: 2004. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS. Seguindo um ideal de democratização....Disponível em: <<https://portal.uneb.br/proaf/>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

REGIMENTO GERAL DA UNEB. Universidade do Estado da Bahia. Salvador-BA, 2012. Disponível em: <<https://portal.uneb.br/wp-content/uploads/2018/09/REGIMENTO-GERAL-DA-UNEB-2012.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, março, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070/21945>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

RODRIGUES, Rui Martinho. A difusão do saber. In: _____; LIMA, Jeimes Mazza Correia; MARQUES, Janote Pires (Org.). **História, memória e educação**. Fortaleza: EDUECE, 2013, p. 137-156.

RODRIGUES JÚNIOR, Emílio. **Educação para as relações étnico-raciais e culturais na educação superior**. 2016. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Campus Maria Auxiliadora, Americana, SP, 2016. Disponível em: <https://unisal.br/wp-content/uploads/2017/04/Dissertac%C3%A3o_Em%C3%ADlio-Rodrigues-J%C3%BAnior.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

SÁ, Ana Paula dos Santos de. **A descolonização da educação literária no Brasil: das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 ao PNLD 2015**. 2019. 374f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/334602>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

SAMPAIO, Giselda. **Intolerância religiosa nos espaços escolares**. 2009. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2009/relatorio/ctch/edu/giselda.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. **A Lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica**. [19--?]. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

SANTOS, Silvia Karla Batista de Mecena Martins dos. O que é ser negro no Brasil? - Uma reflexão sobre o processo de construção da identidade do povo brasileiro. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14150/8769>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Direito e legislação educacional para a diversidade étnica – breve histórico. In: **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Coord.: Marise Nogueira Ramos, Jorge Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade_universidade.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

APÊNDICE A – Relação dos TCCs analisados que estão disponíveis em meio digital (Acesso em: 8 jun. 2020)

1. [A imagem do negro no livro didático de História utilizado pela rede municipal de ensino de Salvador-BA no início do século XXI](#) (Thaise Rocha de Oliveira)
2. [Os não ditos diante das questões raciais que aparecem em sala de aula: um estudo sobre a construção da identidade da criança negra](#) (Cristiane Maby Alfaia Oliveira Monte)
3. [Museu afro e escola: possibilidades de encontro e encantos](#) (Eloina Maria dos Santos Santos)
4. [Desafios e possibilidades do ensino da cultura afro-brasileira no espaço escolar: o uso da pasta de textos](#) (Fernanda Lícia de Santana Barros)
5. [Cala boca, menino/a!: propondo linguagens criativas através do legado africano-brasileiro](#) (Naiára dos Santos Bittencourt)
6. [Contos de temática africana e a afirmação da identidade de crianças afro-brasileiras](#) (Reijane Maria de Jesus Oliveira)
7. [Implementação e aplicabilidade da lei 10.639/03: o ponto de vista do professor de educação infantil e ensino fundamental de Salvador](#) (Daisy Ribeiro de Jesus)
8. [A autoestima e formação identitária da criança negra: a importância da atuação do professor](#) (Eliane Santos Ataíde)
9. [Meia lua de compasso: relações entre a prática da capoeira e o aprendizado da geometria no ensino](#) (Walker de Jesus Nogueira)
10. [A literatura infantil e a construção da identidade étnico-racial da criança negra](#) (Shirlene Almeida dos Santos)
11. [A contribuição da boneca negra na construção da identidade étnico-racial de meninas negras](#) (Gisele Estrela Soares)
12. [A aplicação da lei 10.639/2003 na Escola Comunitária Luiza Mahin](#) (Erisvaldo Ferreira de Jesus)
13. [A linguagem filmica como recurso metodológico para aplicação da Lei 10.639/2003 em atividades de sala de aula](#) (Ana Cristina de Santana Barros)
14. [Desafios e dilemas enfrentados pelas professoras na abordagem das relações étnico-raciais no ensino fundamental na Escola Municipal Santo André após a Lei n.º 10.639/03](#) (Giselle Santana dos Reis)
15. [A aplicação da Lei 10.639/03: os desafios na sala de aula](#) (Gleynise Alcântara da Paixão Santana)

16. [Práticas pedagógicas e educação: um estudo de caso dialógico entre as possibilidades de construção identitária e as contribuições para a formação discente](#) (Jonêis Canedo de Santana dos Santos)
17. [Quilombos educacionais: Projeto OGUNTEC - uma ação educativa do Instituto Cultural Steve Biko](#) (Rucivane de Jesus dos Santos)
18. [O candomblé e sua contribuição para a educação: formação de valores humanos](#) (Janaína Bastos Alves)
19. [Uma nova cultura universitária: a trajetória das ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia](#) (Evellin Silva Oliveira)
20. [História da Escola Mãe Hilda e do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê](#) (Maria Aparecida Nunes Mesquita)
21. [Perspectivas de linguagens afro-brasileiras para a alfabetização](#) (Marília Santana)
22. [Proposições teórico-metodológicas para o ensino da história e cultura africano-brasileira no ensino fundamental I](#) (Vaniluce Rodrigues Lima)
23. [A expectativa de estudantes negros do ensino médio em relação ao acesso à universidade: o caso do Colégio Estadual Duque de Caxias - Salvador-BA](#) (Dalva Quele Silva de Sousa)
24. [Narrativas de jovens de terreiro de candomblé sobre suas vivências na escola: uma reflexão sobre abordagem das religiosidades afro-brasileira no ambiente escolar](#) (Jandira Santana da Cruz)
25. [Omo Bibi: Mestre Didi e seu legado socioeducativo através do conto “Por que Oxalá usa Ekodidé”](#) (Ana Patrícia F. Reis da Silva)
26. [A capoeira e a formação acadêmica, no ensino formal](#) (Magali Costa da Silva)
27. [Compondo narrativas criativas através dos contos da tradição africano-brasileira](#) (Cremilda Sacramento de Jesus)
28. [Ao som do berimbau: as linguagens socioeducativas da capoeira](#) (Manoela Oliveira Evangelista)
29. [Alma e pé no chão: a aprendizagem através da dança afro-brasileira na escola](#) (Ágatha Simas Souza)
30. [Representação da mulher na revista Raça Brasil](#) (Taís dos Santos Lima)
31. [O ensino de História nos livros didáticos: o retrato do negro e do índio](#) (Daiana Regina Azevedo da Silva)
32. [A Lei 10.639/2003 no contexto da EJA: o trabalho educativo com a temática étnico-racial realizado pelos professores de duas escolas públicas da cidade de São Sebastião do Passé-BA](#) (Roqueline Santos de Sena)

33. [A cultura afro-brasileira nos livros didáticos de História das séries iniciais do ensino fundamental I](#) (Jilmara Balbina dos Santos)
34. [A práxis pedagógica a partir da Lei 10.639/03](#) (Ana Lucia Silva Neris Papa)
35. ["omi kosi, éwé kosi, òrisà kosi": o saber ancestral na educação ambiental das pessoas](#) (Rafaela Freitas Silva)
36. [Afrodescendência e práticas pedagógicas afetivas](#) (Emanoel Santana Sampaio Silva Filho)
37. [As linguagens de ensino socioeducativas do Terreiro São Jorge da Gomeia](#) (Thiffany Lima da Silva)
38. [Educação e relações raciais: as expectativas e possibilidades do acesso ao ensino superior das pessoas negras privadas de liberdade](#) (Helem dos Santos Moreira)
39. [O genocídio da população negra: a abordagem da psicologia](#) (Maria de Fátima Conceição dos Santos)
40. [O preconceito racial na educação infantil: um estudo em duas escolas de Lauro de Freitas](#) (Bartiria Pinheiro de Oliveira)
41. [A literatura na formação da identidade da criança negra, na educação infantil](#) (Alcimara Ramos Melo)